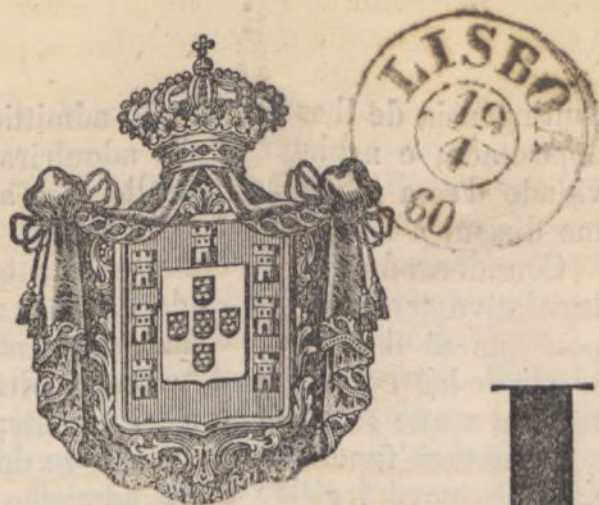


Table with 2 columns: Item, Price. Includes Assignaturas (subscriptions) and Avulso por folha (single sheets).

Anno 1860 - Numero 89



Quinta-feira 19 de Abril

Table with 2 columns: Item, Price. Includes Assignaturas (subscriptions) and Comunicados e correspondencias (communications and correspondence).

# DIARIO DE LISBOA

FOLHA OFFICIAL DO GOVERNO PORTUGUEZ

Suas Magestades e Suas Altezas passam sem novidade em sua importante saude.

## PARTE OFFICIAL

### MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA FAZENDA

DIRECCAO GERAL DOS PROPRIOES NACIONALES  
VENDA DE FOROS, CENSOS E PENSOES  
NA POSSE E ADMINISTRACAO DA FAZENDA NACIONAL  
NA CONFORMIDADE DOS DECRETOS  
DE 30 DE AGOSTO E 21 DE OUTUBRO DE 1852,  
DECLARANDO PELA CARTA DE LEI DE 9 DE MAIO DE 1857,  
COM APLICACAO AO CAMINHO DE FERRO DO NORTE

Em cumprimento dos referidos decretos e carta de lei se annuncia, que vao andar em praça os seus constantes da seguinte lista, para se proceder á sua arrematacao, no dia abaixo designado, pelo maior lance que se offerecer, devendo o seu pagamento verificar-se nos cofres respectivos, dentro de 30 dias, pela forma seguinte: uma quarta parte em moeda metalica, e tres quartas partes em titulos de divida fundada interna ou externa, pelo seu valor nominal; sendo porém livre aos arrematantes pagarem prestações, e nas mesmas especies de moeda, entregando a primeira terça parte dentro do mesmo prazo, e aceitando letras pelas restantes, a um, dois e tres annos, com o juro annual de 5 por cento; ficando os mesmos arrematantes, no caso de falta, responsaveis pelo prejuizo que resultar á fazenda nacional da nova praça, a que os foros serão levados, bem como inibidos de lancar n'elles; tudo em conformidade com a respectiva legislação, cuja observancia foi suscitada pela portaria do ministerio da fazenda de 21 de agosto de 1857, e mais disposicoes posteriores.

#### Lista 4696

ARREMATACAO PERANTE O GOVERNADOR CIVIL  
DO DISTRICITO ABAIXO DECLARADO  
NO DIA 29 DE MAIO DE 1860

Fóros incorporados na fazenda nacional  
que voltam á praça pela 1.ª forma do artigo 11.º  
do decreto de 21 de outubro de 1852

#### DISTRICITO DE COIMBRA

##### CONCELHO DE MONTE-MÓR O VELHO

##### Inventário n.º 410

26556 Fôro de dois alqueires e uma quarta de milho, tres quartos de uma gallinha, e tres quartos de um frangão, pago pelo S. Miguel, imposto em uma ribeira ou terra baixa, sita na Ribeira dos Moinhos do Maçalete. Emphyteutas Manuel Jorge dos Reis e sua mulher Isabel Victoria, da Ribeira dos Moinhos—206666.

26557 Fôro de cinco alqueires e uma quarta de milho, e duas gallinhas e um quarto, pago pelo S. Miguel, imposto em uma terra alta e baixa, sita na Ribeira dos Moinhos do Maçalete. Emphyteutas José Couceiro Martinho e sua mulher, e José Rodrigues Juliano—47553.

26558 Fôro de gallinha e meia, pago pelo S. Miguel, imposto em um brejo, com duas oliveiras, no sitio do Valle de Ujo, na Ribeira dos Moinhos do Maçalete, que parte de todos os lados com o padre João Carneiro. Emphyteuta o padre João Carneiro, do logar de Fria, termo do Porto—35333.

26559 Fôro de 112 1/2 réis, e tres quartos de um frangão, pago pelo S. Miguel, imposto em uma propriedade, sita ao Moinho Novo, limite da villa da Povoa de Santa Christina, na Ribeira dos Moinhos do Maçalete. Emphyteuta Joaquim de Faria, da Povoa de Santa Christina—28718.

26560 Fôro de duas gallinhas e um quarto, pago pelo S. Miguel, imposto em uma terra no sitio do Barrio grande, junto á quinta da Mata, e casal do Raposo, termo da villa de Monte-mór o Velho, na Ribeira dos Moinhos do Maçalete. Emphyteuta José de Sousa de Figueiredo, do logar da Lamarosa—56000.

26561 Fôro de vinte e quatro alqueires de trigo, pago pelo S. Miguel, imposto em varias propriedades, sitas no Campo de Tentugal, chamadas a Capellinha, e uma terra no sitio das Aguilharies, que parte do nascente com Luiz Caldeira; tudo na Ribeira dos Moinhos do Maçalete. Emphyteuta Eugenio Lucas, do logar de Villa Verde—262666.

##### Inventário n.º 423

26562 Fôro de 900 réis, pago pelo S. Miguel, imposto em um cerrado e propriedade, que consta de terra, vinha e arvoredos de fructo e sem fructo, no sitio do Salgueiro, limite e termo de Tentugal, que parte do nascente com paul de Diogo Vaz; praso em vidas. Emphyteuta Joaquina Ribeira, de Tentugal—156750.

26563 Fôro de 825 réis, pago pelos Santos, imposto em uma vinha, no sitio da Vera Cruz na villa de Tentugal, que parte do nascente com Manuel Gomes Timoco; praso foteosim. Emphyteuta Manuel Gomes Salgado—145437.

26564 Fôro de 540 réis, pago pelos Santos, imposto em umas terras com uma oliveira e casas, sitas em Vera Cruz na villa de Tentugal; praso foteosim. Emphyteuta José da Silva Ranhel—95450.

26565 Fôro de 25100 réis, pago pelos Santos, imposto em um praso foteosim no sitio de Mija-Cão, onde chamam o Pecegueiro, na villa de Tentugal, que se compõe de terra lavrada, vinha, oliveiras, e matos á borda: parte do norte com Luiz Ferreira, do logar do casal das Calagotas. Emphyteutas Joaquim da Silva Alho, e sua mulher Anna Rama, do logar de Valle Canosa—365750.

26566 Fôro de tres alqueires de milho, pago pelos Santos, imposto em um chão, chamado o Carvalheiro, sito na Povoa de Santa Christina, que se compõe de terra lavrada, oliveiras e vinha: parte do norte com Joaquim Couceiro, de Tentugal. Emphyteuta João Gomes Marañão, da Povoa de Santa Christina—245333.

##### Inventário n.º 424

26567 Fôro de 13350 réis, pago pelo S. Miguel, imposto em umas leiras de terras e vinha com algumas oliveiras no sitio da Fonte Velha, na villa de Tentugal. Emphyteutas Manuel da Costa Lapa, e sua mulher Luiza Gomes, assistentes em Arduzube—236625.

Somma R.ª..... 4668311

Declara-se que os foros estão todos reduzidos, e que o landeio é de quarentena conforme a lei.

Primeira repartição da direcção geral dos proprios nacionaes, 18 de abril de 1860.—Antonio Joaquim da Silva.

### MINISTERIO DAS OBRAS PUBLICAS, COMMERCIO E INDUSTRIA

DIRECCAO GERAL DO COMMERCIO E INDUSTRIA

Repartição de agricultura

#### ALFANDEGA MUNICIPAL DE LISBOA

Mapa da entrada, saída, existencia, e preços dos cereaes em abril de 1860, nos dias abaixo designados

	TRIGO		CEVADA		MILHO		CENTEIO		FARINHA	
	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.	Moios	Alq.
Entrada, nacionaes	4	12	—	—	—	—	—	—	16	10
Idem, estrangeiros	202	48	—	—	—	—	—	—	—	—
Saída, nacionaes	20	—	54	39	178	37	1	33	10	42
Idem, estrangeiros	454	92	9	24	34	21	10	—	—	—
Existencia	20646	45	794	17	984	55	734	16	477	51
Entrada, nacionaes	13	30	5	32	277	28	—	—	4	18
Idem, estrangeiros	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Saída, nacionaes	10	44	40	10	114	43	—	—	5	35
Idem, estrangeiros	347	36	21	—	—	—	20	—	—	—
Existencia	20387	52	797	11	1160	27	721	43	476	3
Preços	620	a 780	360	a 420	440	a 480	—	—	—	—

Repartição de agricultura, em 17 de abril de 1860.—Rodrigo de Moraes Soares.

Repartição de agricultura

#### Mapa do movimento do deposito de vinhos e aguardentes no mez de fevereiro de 1860

ENTRADA	VINHO						AGUARDENTE						TOTAL					
	PRIMEIRA QUALIDADE OU EXPORTAVEL			SEGUNDA QUALIDADE OU PARA FORA DA EUROPA			PRIMEIRA QUALIDADE OU EXPORTAVEL			SEGUNDA QUALIDADE OU PARA FORA DA EUROPA			PRIMEIRA QUALIDADE OU EXPORTAVEL			SEGUNDA QUALIDADE OU PARA FORA DA EUROPA		
	Pipas	Alm.	Can.	Pipas	Alm.	Can.	Pipas	Alm.	Can.	Pipas	Alm.	Can.	Pipas	Alm.	Can.	Pipas	Alm.	Can.
Balanço do mez de janeiro	69665	17	7	352	—	3	1171	10	8	71189	7	6	71189	7	6	71189	7	6
Manifestado em fevereiro	1766	18	1	—	—	—	203	7	4	1970	4	5	1970	4	5	1970	4	5
	71432	14	8	352	—	3	1374	18	—	73159	11	11	73159	11	11	73159	11	11

#### NOTA DOS CONCELHOS EM QUE SE FABRICOU A AGUARDENTE

	Pipas	Alm.	Can.
Alfândega	5	16	—
Bragança	40	—	—
Murça	20	—	—
Porto	5	14	6
Regua	8	—	—
S. Pedro do Sul	6	—	—
Taboão	6	—	—
Vila Flor	2	—	—
Vila Real	2	17	—
	13	11	7
Figueira	35	3	8
Lisboa	6	14	—
Barcelona	2	19	10
Londres	48	15	9
Tarragona	—	—	—
Total	203	7	4

Alfandega do Porto, 1 de março de 1860.—A. Joaquim de Oliveira Faria Lobo—O director interino, Antonio José Duarte Nazareth.

Está conforme.—Repartição de agricultura, em 11 de abril de 1860.—R. de Moraes Soares.

#### EDITAL

Manuel Joaquim de Almeida, administrador do bairro Alto, por Sua Magestade Fidelissima, que Deus guarde, etc.

Em virtude do que dispõe o artigo 29.º do regulamento de 9 de novembro de 1853, faço saber que se acha installada a junta dos repartidores d'este bairro para o serviço de contribuição predial do corrente anno de 1860; e pelo presente convido os contribuintes a prestarem os esclarecimentos verbaes, ou por escripto, que julgarem a bem de seus justos interesses.

Lisboa, 18 de abril de 1860.—Manuel Joaquim de Almeida.

#### HOSPITAL NACIONAL E REAL DE S. JOSÉ

A commissão encarregada interinamente da administração do mesmo hospital manda annunciar que no dia 20 do corrente mez, pelas onze horas, na sala das suas sessões, ha de contratar em praça publica o fornecimento de manteiga e de arroz para tres mezes, que se calcula em 77 arrobas do primeiro d'aquelles generos, e em 630 do segundo, com as condições que estarão patentes no acto da praça, e que desde já podem ver-se na contadoria do dito estabelecimento.

A commissão encarregada interinamente da administração do mesmo hospital manda annunciar: Que está legalmente autorizada para a venda, ou aforamento, do terreno que o dito estabelecimento possui, com espasmos frentes para o largo do Pogo do Borratim e rua da Bitesga, e com o fundo correspondente;

Que no indicado terreno ha materiaes de cantaria e alvenaria, com alicerces de muito valor, para dois predios, segundo a respectiva planta, e alçado approvedo pela ex.ª camara municipal de Lisboa, e pela repartição das obras publicas;

Que até ao dia 30 do corrente mez recebe propostas para a venda, ou aforamento, de cada um dos ditos predios, em principio de edificação, vindo em cartas assignadas pelos proponentes, em que declaram o maior preço que offerecem por cada um dos mesmos predios, e respectivos materiaes, podendo o dito preço ser designado em moeda corrente, ou tambem, na hypothese de venda, em inscripções com assentamento na junta do credito publico, e declarando-se especificamente nas cartas a natureza do contrato que se pretende realizar;

Que as sobreditas propostas serão abertas, perante a referida commissão, no dito dia 30 do corrente, pelas onze horas da manhã, na sala das suas sessões, no dito hospital, em presença dos concorrentes, e que no mesmo acto se procederá á licitação publica para a venda, ou aforamento, de cada um dos mencionados predios, com o maior lance relativo que constar das mesmas propostas, e na especie, quanto á venda, que mais convier ao estabelecimento, para se arrematar, no caso de convir ao hospital maior lance offerecido;

Que as condições para os ditos contratos, bem como a referida planta e alçado, podem ver-se na contadoria do mesmo hospital, aonde tambem se prestarão quaesquer esclarecimentos sobre este assumpto, em todos os dias não santificados, das nove horas da manhã ás tres da tarde;

Que, finalmente, no local indicado encontrarão os interessados, desde o meio dia até ás seis horas da tarde, quem lhes mostre os terrenos, os materiaes de cantaria e alvenaria, e dê quaesquer explicações que desejarem.

Contadoria do hospital de S. José, 18 de abril de 1860.—O official maior, Manuel Cesario de Araujo e Silva.

#### ADMINISTRACAO CENTRAL DO CORREIO DE LISBOA

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá a 21 do corrente, para Liverpool, o vapor inglez Minho.

A correspondencia será lançada na caixa geral até á 1 hora, e na da estação postal do Terreiro do Paço até á 1 e meia hora da tarde do dito dia.

Pela administração central do correio de Lisboa se faz publico que sairá, a 22 do corrente, para

#### ADMINISTRACAO CENTRAL DO CORREIO DE FARO

Mapa do movimento geral das correspondencias entradas na administração central do correio de Faro, no mez de março de 1860

DESIGNACAO DAS CORRESPONDENCIAS	SELLADAS		NÃO SELLADAS		REGISTADAS	
	CARTAS	JORNALS IMPRESSOS	CARTAS	JORNALS IMPRESSOS	DE OFFICIO	PARTICULARES
PARA SEREM DISTRIBUIDAS NO CIRCULO POSTAL DE FARO						
De posta interna	—	—	—	—	—	—
Do reino e ilhas	10486	6931	418	117	2923	21
De Hespanha	—	—	103	41	—	—
Dalém dos Pyreneos	—	—	50	80	—	—
Das provincias ultramarinas	—	—	—	—	—	—
De portos estrangeiros, por navios	—	—	6	2	—	—
De Inglaterra, pelos paquetes	—	—	43	33	—	—
Do Mediterraneo, pelos paquetes	—	—	—	—	—	—
Dos portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos	—	—	13	—	—	—
PARA SEREM REMETIDAS PARA TERRAS DO REINO E ILHAS, ULTRAMAR E PAIZES ESTRANGEIROS						
Para terras do reino e ilhas	11281	78	682	38	2700	14
Para Hespanha	—	—	42	1	—	—
Para além dos Pyreneos	—	—	—	—	—	—
Para as provincias ultramarinas	—	—	1	—	—	—
Para o Brazil, por navios	4	—	—	—	—	—
Para os portos do Brazil e outros, pelos paquetes transatlanticos	164	—	—	—	—	—
Para Inglaterra, pelos paquetes	—	—	—	—	—	—
Para o Mediterraneo e Indias, pelos paquetes	—	—	—	—	—	—
	21938	7009	1358	312	5623	35
No mez de março de 1859 o movimento da correspondencia foi de	20141	5963	1268	235	5278	43

Nas correspondencias para terras do reino e ilhas, ultramar e paizes estrangeiros, são comprehendidas as de Faro, e as que de diversas terras vieram a esta administração para serem por aqui expedidas.

Administração central do correio de Faro, em 9 de abril de 1860.—O administrador, Antonio Joaquim Tiburcio de Araujo.

#### CONSELHO DE ADMINISTRACAO DE MARINHA

No dia 20 do corrente, pelo meio dia, ha de o conselho de administração de marinha, em praça publica, na sala das suas sessões, contratar a compra de 100 colchões e travessões de lã, para uso da marinhagem dos navios da armada.

No dia 21 ha de pôr de novo em arrematacao a compra de 786 7/8 de panno azul ferrete, igual á amostra, que será presente n'aquelle acto.

No dia 25, pelo meio dia, o mesmo conselho ha de contratar em hasta publica o fornecimento, pelo tempo que se convencionar, da pregadura necessaria para consumo no arsenal.

Sala das sessões do conselho de administração de marinha, 14 de abril de 1860.—O secretario, Antonio Joaquim de Castro Gonçalves.

o Rio de Janeiro, o brigue Tamega; a 23, para o Rio de Janeiro, o brigue Laya 3.ª; e a 24, para a Bahia, o patacho Josephina.

A correspondencia será lançada na caixa geral até aos referidos dias, e na da estação postal do Terreiro do Paço meia hora antes da que ali for annunciada para a mala ser levada a bordo.

Administração central do correio de Lisboa, 18 de abril de 1860.—O administrador, Luiz José Botelho Seabra.

#### CARTAS E JORNALS RETIDOS POR FALTA DE FRANQUIA

Para Lisboa  
Camara municipal, Carrilho, Consul de Hollanda—Domingos José Vieira Cruz, Domingos Santa Agatha, Duque da Terceira—Francisco Joaquim Gomes, Francisco de Paula Sousa Leite, Francisco Xavier de Lemos—Guilherme—Joaquim José Diniz, Joaquim Luiz—Macario Luiz, Maria Jacinta.

Para Nantes  
Francisco de Paula Sousa Leite Junior.

Para Paris  
Candido Cavalcante de Albuquerque—Director do Ami de la Religion—Francisco José Lopes—Marie le Conte.

Administração central do correio de Lisboa, em 18 de abril de 1860.

Polycarpo José Lopes dos Anjos, 1.º trimestre do corrente..... 73200

Guilherme Candido Borges de Sousa, 2.º semestre de 1859..... 73200

Anjos & Comp.ª, corrente anno..... 63000

José da Silva Fortes, idem..... 63000

Rodrigo da Costa Carvalho, janeiro e fevereiro do corrente..... 23000

Gregorio Vaz Rans de Campos Barreto Froes, fevereiro do corrente..... 13000

João Pedro da Costa Coimbra, 1859..... 13200

João Asworth & Comp.ª, corrente anno..... 43500

Manuel Antonio Alves Costa, 1859..... 53000

Fernando Antonio de Saldanha, corrente anno..... 43500

Antonio Germano de Carvalho Ferreira, 1.º semestre do corrente..... 23400

Bernardino Martins de Sena, sua prestação..... 23250

José Baptista dos Santos, idem..... 13000

Francisco José, idem..... 3880

#### LOTERIAS

Do thesoureiro da santa casa da misericordia de Lisboa, 4.ª extracção do 1.º trimestre do corrente..... 2236096

Do dito, 5.ª extracção do dito trimestre..... 2213619

JUROS DE INSCRICAOES

Da junta do credito publico, juro do 1.º semestre do corrente de 108:850000 réis em inscripções e certificados com assentamento a favor d'este asylo..... 1:6323750

LEGADOS

Do ill.º sr. Antonio Joaquim de Oliveira, como testamenteiro de D. Joanna Custodia Isabel de Sousa, legado que esta deixou ao asylo conforme a verba testamentaria..... 5003000

BENEFICIARIOS

Saldo do beneficio que teve logar no real theatro de S. Carlos na noite de 19 de dezembro do anno proximo passado (Diario de 22 do corrente)..... 143350

DONATIVOS DE LICENÇA DO GOVERNO CIVIL

De Eduardo Augusto Figueira..... 35200

Idem de João Canillo..... 35200

Idem de Estevão Castano de Freitas..... 35200

Idem de Manuel Covellos..... 35200

Idem de Cezimiro Tenedo..... 35200

FUNERAES

Do sr. Eugenio Magaldy, esmola pelo acompanhamento de doze asylos no funeral de D. Carlota Joaquina Freire Gomes..... 115520

Do mesmo, quatro asylos, funeral de Francisco Ramos Chaves..... 15920

Esmola pelo acompanhamento de quatro asylos em um funeral..... 15920

Do sr. Joaquim Domingues, seis asylos, funeral de D. Maria Isabel Pereira Camara Torres..... 25880

Do reverendo padre José Bruno Lopes Carneira, seis asylos, funeral de Antonio José Vieira da Silva..... 75200

Do ex.º sr. director da alfandega grande de Lisboa, multa imposta por contrabando de tabaco do mesmo ex.º sr., idem por dito de charutos..... 43800

Do ex.º sr. director da alfandega grande de Lisboa, multa imposta por contrabando de tabaco do mesmo ex.º sr., idem por dito de charutos..... 43800

Do ex.º sr. director da alfandega grande de Lisboa, multa imposta por contrabando de tabaco do mesmo ex.º



despendido com a aboagaria .....	75240
idem com as cadeiras do passeio publico .....	83220
idem com o expediente .....	25160
idem com os guisamentos da igreja e missas de requiem .....	65540
idem com o ordenado do capellão .....	83333
idem com as luzes .....	105290
idem com as mudas .....	253017
idem com os negócios fornos .....	15840
idem com as obras e reparos no edificio .....	44730
idem com a officina de off .....	265000
idem com os ordenados dos empregados .....	785400
Entregue ao governo civil, terça parte do producto liquido das cadeiras do passeio publico em as noites do verão passado, para o asylo de Nossa Senhora da Conceição .....	513550
Empreço na compra de 1000000 réis em inscripções a 4 1/2 por cento .....	471250
Saldo que passa para abril .....	29963802
(Metal) .....	139 8032
(Papel-moeda) .....	12895600
Réis .....	4415434

Tive o asylo no presente mez os seguintes donativos em especie dos srs. caixas gerentes da companhia do contrato do tabaco, 10 arrátéis de simonte, 10 dias de rolo, e 600 circulares lithographadas; e dos srs. Viuva e J. B. Burnay, 6 canadas de azeite de purgueira.

EXISTENCIA DOS ASYLADOS	
Homens .....	384
Mulheres .....	384
Total .....	718

Asylo de mendicidade, 31 de março de 1860.—O provedor, José Izidoro Guedes.

## PARTE NÃO OFFICIAL

### CORTES

#### CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS

SESSÃO DE 18 DE ABRIL

PRESIDENCIA DO EX. MO SR. BARTHOLOMEU DOS MARTYRES

Ao meio dia verifica-se, pela chamada, estarem presentes 80 srs. deputados.

O sr. Presidente:—declara aberta a sessão.

Acta approvada.

Mandam-se lançar na acta as seguintes declarações de voto:

1.º Declaro que teria approvado a generalidade do projecto de lei n.º 21, se me não tivesse retirado da camara por incommodo de saúde. — Roberto Charters.

2.º Declaro que não compareci a sessão de hontem por motivo justificado; mas se estivesse presente, votaria pela generalidade do projecto n.º 21. — Bivar: Garcia Peres.

3.º Declaro que, se estivesse presente a sessão de hontem, votaria contra a generalidade do projecto n.º 21. — Ferreira Pontes: Frazão.

4.º Declaro que se estivesse dentro da sala da camara, quando se votou na sessão de hontem a generalidade do projecto de lei n.º 21, te-la-ia approvado. — Francisco Costa.

5.º Declaro que se estivesse presente a sessão de hontem, teria approvado a generalidade do projecto n.º 21. — Rebelo da Silva.

6.º Declaro que, se estivesse presente a sessão de hontem, votaria pela generalidade do projecto do imposto de registro. — José Estevão.

7.º Declaro que, se estivesse presente na sessão de hontem, teria votado pela generalidade do projecto do imposto de registro. — Augusto Zeferino Rodrigues.

Tambem se mandam lançar na acta as seguintes declarações:

1.º Do sr. Pinto de Magalhães, de que o sr. Zeferino Rodrigues não pôde comparecer a sessão de hontem, e talvez a mais algumas, por incommodo de saúde. — Inteira.

2.º Do sr. C. J. Nunes de que o sr. Silva e Cunha não pôde comparecer a sessão de hontem, e não comparece a sessão de hoje, por motivo de doença. — Inteira.

3.º Do sr. Pudido, participando que não pôde comparecer a sessão de hontem por motivo justificado. — Inteira.

#### CORRESPONDENCIA

1.º Um officio do ministerio da justiça, acompanhando 160 exemplares das propostas apresentadas a esta camara, em sessão de 29 de fevereiro de 1860, por parte d'este ministerio. — Mandam-se distribuir.

2.º Do ministerio do reino, dando os esclarecimentos pedidos pelo sr. Coelho de Carvalho, relativamente aos rendimentos das Caldas de Monchique. — Para a secretaria.

3.º Do mesmo ministerio, acompanhando o mapa, pedido pelo sr. Pinheiro Osorio, em que se demonstra o rendimento e fundo da irmandade das Almas de Castro Daire. — Para a secretaria.

4.º Uma representação de alguns alquiladores, pedindo o pagamento de vales da junta do Porto, por alugueis de cavalgaduras. — A comissão de fazenda.

5.º Das religiosas do convento do Salvador de Vairão, contra a supressão dos conventos de religiosas, e conversão de seus bens em inscripções da junta do credito publico. — A comissão de fazenda, ouvida a ecclesiastica.

6.º Dos moradores da freguezia de S. Thiago do Labruge, pedindo fazerem novamente parte do concelho de villa do Conde. — A comissão de estatistica.

7.º Dos habitantes da cidade e districto de Portalegre, para que se não altere a directriz do caminho de ferro de leste. — A comissão de obras publicas.

8.º Dos moradores de S. Thiago de Amorim, pedindo uma lei que declare as primicias pertencentes aos parochos. — A comissão ecclesiastica.

Dá-se expediente pela mesa as seguintes requereções:

1.º Requeiro que se peça ao governo, pelo ministerio das obras publicas, que mande a esta camara, com a maior brevidade que lhe for possível, uma nota declarando: 1.º se o traçado da estrada de Villa Real para Mirandella toca na Villa de Murça? 2.º que numero de kilometros tem o traçado de Villa Real até Murça, e de Murça até Mirandella? — O deputado por Val Passos, Julio do Carvalho Sousa Telles.

2.º Requeiro com urgencia que, pelo ministerio das obras publicas, sejam mandados para a mesa os papeis de que consta a informação e voto official de engenheiro Sousa Brandão, sobre a directriz do caminho de ferro por Thomar, Valle dos Cabacos a Coimbra. — José da Encarnação Coelho, deputado por Figueiró dos Vinhos: Antonio Eleuterio Dias da Silva, deputado por Thomar.

São remetidos ao governo.

Tem segunda leitura um projecto de lei do sr. Camara Leme sobre a organização do corpo de estado maior.

É admitido e enviado a comissão de guerra. Tem segunda leitura o seguinte requerimento: «Requeremos que seja convidada a camara a resolver, se depois do projecto n.º 21, que entrar na discussão do projecto n.º 18, se o sr. Infante Pessanha: Fortunato de Mello: Mariano Joaquim de Sousa Feio: J. M. Rojo: Araújo Mascarenhas: H. G. Palma.

O sr. Presidente:—já hontem disse que era sua firme tenção dar este projecto n.º 18 para discussão, logo que finde a do projecto n.º 21; entretanto

ia consultar a camara, sobre se admitte o requerimento a discussão.

É admittido a discussão.

O sr. Mello Soares:—sente que um requerimento d'esta natureza não fosse hontem retirado pelos seus auctores, porque assim o pedia a regularidade dos trabalhos da camara. Foi sempre, e é de opinião, que a mesa é que deve dar a direcção ordinaria ao andamento dos trabalhos, e que só em circumstancias extraordinarias, é que a camara deve ser chamada a votar sobre a mudança da ordem do dia. É tão interessado, como os signatarios da proposta, em que o projecto n.º 18 se discuta, mas desde que a presidencia declara a camara que tem a tenção firme de dar para a discussão esse projecto, logo que acabe o que se discute, a insistencia n'este requerimento importa um desaire á presidencia, e portanto não o pôde approvar.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—não censura os signatarios da proposta, por que não censura nunca collegas seus, mas desde o momento em que a presidencia declara que dá para discussão o projecto n.º 18, depois de terminada a do n.º 21, parece-lhe completamente inutil a votação da proposta.

O sr. D. Rodrigo de Menezes:—abunda nos sentimentos do orador precedente, e tendo plena confiança em que o sr. presidente ha de dar o projecto n.º 18 para a discussão, depois d'aquelle que se está discutindo, não pôde approvar a proposta.

O sr. Bivar:—deseja que quanto antes se vote o caminho de ferro do sul, por que ha de levar a vida a uma provincia muito importante, mas não duvidando das intenções da presidencia de que o ha de dar para a discussão logo que acabe a do projecto n.º 21, não pôde votar pela proposta.

O sr. Araújo:—espera que a camara lhe faça a justiça de acreditar que elle não tem menos respeito pelo sr. presidente, pelo contrario tem por s. ex.ª e pela mesa o mais profundo respeito. Quando o sr. presidente afirma alguma cousa, essa affirmativa é para elle, orador, uma verdade mathematica. Quando assigno o requerimento de que se trata, não teve por tanto em vista duvidar da mesa, mas collocou-a em posição de, forte com uma decisão da camara, poder desempenhar mais facilmente os seus desejos, apesar de qualquer eventualidade que apparecesse e podesse protrair ainda a discussão do projecto n.º 18.

Que um sr. deputado pelo Minho havia dito que pedia aos deputados por Beja que olhassem por este negocio. Era depois d'isto, que lá fóra collocava em má posição os deputados por Beja, não poderam estes deixar de dar uma publicia manifestação dos esforços que tinham feito a bem d'aquelle districto no objecto de que se trata. Que elle, orador, não é deputado por Beja, mas tem obrigação moral de pugnar pelos interesses de Beja: ainda ha pouco acabou de administrar aquelle districto, recebeu ali de todos as maiores provas de consideração e estima, e compraz-se de manifestar aqui o seu reconhecimento para com os habitantes d'aquelle excellento districto.

Que vista a declaração que o sr. presidente fez, e vista a disposição que observa na camara, não tem duvida pela sua parte, em retirar o requerimento, e convida os srs. deputados signatarios do mesmo requerimento a retirar-lo tambem (Os srs. Souza Feio e Infante Pessanha—apoio).

O sr. Infante Pessanha:—observando que as intenções da camara estavam em harmonia com os seus desejos, e vista a declaração da presidencia, que era para elle uma sufficiente garantia, de que em seguida ao projecto que está em discussão, occupar-se-ha a camara do que trata da continuação do caminho de ferro do sul, retirava por isso o seu requerimento, prescindindo por tanto das razões que podia produzir em sua defesa. Que declarava porém, por si, e pelos seus collegas signatarios d'aquelle requerimento, que nunca foi a sua intenção promover desaire ao sr. presidente, exigindo aquella votação da camara, como parecera perceber das palavras do sr. João de Mello, porque declarava, e lisonjeava-se de que o sr. presidente acreditaria, que tinha para com s. ex.ª toda a consideração, como individuo, e como presidente da camara.

O sr. Mello Soares:—o sr. Araújo disse que confiava plenamente na vontade da presidencia, mas que essa vontade podia ser subordinada a uma vontade maior; mas o que elle, orador, não quer nunca é que fique presa a vontade da presidencia; por que a mesa pôde ter desejo de dar um projecto qualquer para ordem do dia, e apparecerem circumstancias extraordinarias que façam mudar essa ordem do dia.

O sr. Araújo:—antes do illustre deputado pelo Minho ter provocado esta discussão, já no *Diário de Lisboa* estava impresso um requerimento seu, para que entrasse em ordem do dia esta materia com preferencia a outra qualquer.

O sr. Presidente:—á vista das declarações que acabam de fazer-se, está findo este incidente, mas sendo um objecto que lhe diz respeito não pôde ficar silencioso.

Começa por agradecer á camara em geral, e aos signatarios do requerimento em particular, a honra com que o tratam, e a confiança que mostram ter nas suas promessas, fazendo justiça, e só justiça á exação com que ha de cumprir o que annunciar d'aquelle cadeira.

Faz plena justiça aos signatarios do requerimento, e não viu no seu acta, nem por sombras, principio algum de menos consideração para com elle, nem de menos amizade com que sempre o tem tratado (apoio).

Agora pôde assegurar aos illustres deputados, que confirma o que disse, isto é, que depois de acabada a discussão do projecto n.º 21, não dá outro projecto de preferencia senão o n.º 18; isto mesmo communicara ao governo, achando da sua parte a declaração franca, de que, longe de se oppor, era esse o seu desejo (apoio).

Lê-se na mesa o seguinte parecer:

Senhores.—A comissão de commercio e artes examinou attentamente o requerimento que a esta camara dirigiram os successores de Oneto e Ricchini, e Garland Laidley & C.ª Pedem os supplicantes que, sem embargo do que se acha legislado, lhes sejam admittidos para consumo 800 moios de cevada, que lhes vieram á consignação, procedentes de Genova e de Londres, e que depositaram em virtude dos decretos de 17 de dezembro do anno findo e de 25 de fevereiro ultimo, pelos quaes o deposito fóra autorisado, proclamando assim o governo a falta que havia de cevada.

E ponderam mais, que não tendo sido admittido aquelle cereal pela carta de lei de 28 de março ultimo, lhes resulta grave prejuizo da reexportação, ao passo que nenhum se segue para a industria agricola de se admittem 800 moios de cevada, havendo, como ha, falta d'ella no mercado, e tendo o poder legislativo a faculdade de dispensar na lei, quando rasões ponderosas justificam essa dispensa!

Considerando, porém, que os mencionados decretos, permitindo o deposito de cereaes, não garantiram a admissão d'elles para consumo, nem em relação á quantidade, nem em relação á qualidade;

Considerando que essa admissão ficou inteiramente dependente da deliberação das cortes, e de ser convertida em lei a proposta que o governo houvesse de apresentar, como se diz expressamente no relatório do decreto de 17 de dezembro;

Considerando que os supplicantes, fazendo o deposito que fizeram, sujeitaram-se voluntariamente á

contingencia de lhes ser ou não admittida a cevada depositada, e nenhum direito adquiriram á effectividade d'essa admissão, nem lhes fez aggravo, como dizem; a lei que a não permitti;

Considerando que é menos exacto que o poder legislativo tenha a faculdade de dispensar na lei, pois que só lhe pertence fazer leis, interpreta-las, suspender-las e revogar-las, e nunca deferir a protenções a que se opponha a lei vigente;

Para taes fundamentos, e não se dando motivo para de novo legislar sobre admissão de cereaes estrangeiros, conformando-se com o voto da illustre comissão de agricultura, que vac junto; é de parecer, que o requerimento dos supplicantes não está no caso de ser attendido.

Sala da comissão, em 16 de abril de 1860.—Francisco José da Costa Lobo—Bento de Freitas Soares—Anselmo José Braamcamp—Luiz Vicente d'Afonseca, com declarações—Francisco Diogo de Sá—Joaquim Cabral de Noronha e Menezes—Gaspar Pereira da Silva.

A comissão de agricultura, tendo recusado a admissão de cereas, quando tratou do projecto do governo, e existindo actualmente os mesmos fundamentos que então teve para a sua rejeição; é de parecer, que o requerimento dos supplicantes não pôde ser attendido.

Sala da comissão de agricultura, em 12 de abril de 1860.—D. José Manuel de Menezes de Alarcão—Antonio Vaz da Fonseca e Mello—Luiz Teixeira de Sampaio Junior—Julio do Carvalho Sousa Telles—Antonio de Carvalho—Francisco Martins Pulido—Visconde de Pindella.

Julgado urgente, é approvado sem discussão o parecer da comissão de commercio e artes.

O sr. Mousinho de Albuquerque:—diz que é uma questão de campanário. Não o é: é uma questão de humanidade e de liberdade; e se é de campanário, é o repique geral de todos os campanários.

Quer fallar dos desgraçados recrutados que estão servindo illegalmente, e cujos recursos dormem no conselho d'estado. O ministerio da guerra fez o que lhe cumpria, enviando os recursos ao do reino. Não censura este, nem censura individuo ou corporação alguma; mas censura e censura acremente o facto! Ha homens com trinta e um annos feitos, que foram recrutados, estão servindo e servirão até que se decidam os recursos! Os recursos porém não se decidem; e lá estão esses cidadãos soffrendo o peso de um serviço que não lhes pertence por lei. Fez aqui o sr. ministro do reino sentimentalismo a respeito dos soldados com direito a baixa, e que se conservam debaixo das bandeiras. E estes de que falla? O que são elles? Não estão em identicas ou piores circumstancias?

Quando passados seis mezes, um anno, quando em fim o conselho d'estado resolver os recursos, quem indemnizará os cidadãos, a quem se refere, do prejuizo que lhes causar a demora?

Repete: não censura alguem, porque nem mesmo sabe quem ha de censurar; mas reclama contra um mal intoleravel que deve acabar, e espera que toda a camara o apoiará n'este pio, santo e justissimo clamor!

O sr. ministro do reino não está presente. Sente-o bastante; mas não ha ver na camara s. ex.ª antes da ordem do dia! Entretanto como talvez se lembre de ler o *Diário*, ou alguem se lembre de lhe recomendar a sua leitura, sempre pedirá a s. ex.ª que forceje por encontrar remedio a um estado de cousas tão deploravel.

Pede, por ultimo em nome da comissão de obras publicas, que lhe seja aggregado o sr. Julio do Carvalho.

É approvado.

O sr. Bivar:—manda para a mesa a seguinte participação e proposta:

«Comissão de pescarias—Presidente, Moraes Soares—Secretario, Bivar.

«Requeiro, em nome da mesma comissão, para d'ella formarem parte os srs. José Estevão, Coelho de Carvalho, e Figueiredo de Faria.»

É approvada.

O sr. Encarnação Coelho:—sente não estar presente o sr. ministro das obras publicas, porque desejava chamar a sua attenção sobre a directriz do caminho de ferro da Ponte da Pedra a Coimbra por Thomar e Valle dos Cabacos, porque tendo-se feito outros estudos sobre esta directriz, vê que se não tem attendido ás representações das quatro camaras municipaes que ha tempo apresentou na camara; e por isso pede que se lhe reserve a palavra para em occasião opportuna chamar a attenção de s. ex.ª sobre este objecto.

O sr. Carlos Bento:—pretende chamar a attenção do governo sobre alguns assumptos importantes; sendo o primeiro o estado em que se acha o lazareto. Todos devem querer que os rendimentos publicos não diminuam, quando se reconhece a necessidade de augmentar as contribuições, e toda a camara sabe que metade dos rendimentos do estado provem dos direitos de importação, e que contribue directamente para o descredito dos nossos portos, e por consequencia para a diminuição d'esta receita, a circumstancia deploravel em que se acha o estabelecimento do lazareto, estado que affugna d'este porto os individuos que devem concorrer a elle. É bem que se votem todos os melhoramentos publicos indispensaveis para nos ligar com a Europa, mas é indispensavel ao mesmo tempo que se não desacreditem os nossos portos, por que estes melhoramentos não de ser esteos, ou não não de produzir os fins que se desejam se se desacreditarem os portos; e a circumstancia de ser necessario mandar sair d'aqui os navios para irem fazer quarentena a um porto estrangeiro, de certo não pôde ser vantajosa (apoio).

Outra questão sobre que deseja chamar a attenção do governo, é a que diz respeito a disposições necessarias para regular culturas, a respeito das quaes se tem apresentado reclamações; sobre o que o governo mandou proceder a estudos; e convém que a camara tenha conhecimento do que se tem feito sobre este objecto.

Por ultimo entende que em assumptos que prendem com a administração de saúde publica são precisas importantes reformas. Todos os dias se amplia e dota o paiz com estabelecimentos de instrucção publica, mas o que é verdade é que as excessivas habilitações que se exigem para aquelles que têm de tratar de aliviar o soffrimento publico dos seus semelhantes, a classe dos facultativos, pelo conjunto das obrigações a que a tem sujeitado não pôde já hoje fazer face ás necessidades do serviço publico.

Chama pois a attenção do governo sobre todos estes importantes pontos.

O sr. Affonso Botelho:—manda para a mesa uma representação da camara de Sabrosa, que suppondo que se vac crear uma comarca n'aquelle concelho, pede que a sede da comarca não sáa d'aquella villa. São muito fortes as razões que a camara apresenta para justificar o seu pedido, e não trata de as desenvolver agora por não ser occasião opportuna, pedindo só que a representação tenha o devido destino.

O sr. Xavier da Silva:—manda para a mesa uma representação, assignada por quarenta e tres possuidores de papel moeda, residentes na capital, pedindo providencias sobre este assumpto. Tem decorrido vinte e tres annos sem que tenham achado no corpo legislativo o cumprimento da promessa que se lhe fez em 1837, em que foram esbulhados do direito de usar de uma moeda, que foram obrigados a receber sob pena de prisão se o não fizessem. Pe-

dem ao corpo legislativo que, tendo attendido a tantos credores do estado, os attenda tambem.

Manda outra representação, assignada por duzentos quarenta e seis cidadãos dos suburbios de Castello Branco, contra as medidas financeiras apresentadas pelo governo. Espera que o parlamento faça justiça a estes cidadãos, que, embora representem em opposição ás medidas do governo, com tudo usam de um direito que lhes é garantido pela carta constitucional. Ao parlamento e ao governo cumpre examinar as queixas de quem reclama, não despresando nunca quem usa d'esse direito.

O sr. Balduino:—fez ha tempo um requerimento para, pela secretaria da marinha e ultramar, serem remetidos á camara certos documentos de que precisava; estes documentos chegaram ultimamente, vindo acompanhados de um officio em que se cita uma portaria de 16 de julho de 1858. Precisando saber o sentido em que foi passada essa portaria, porque deseja tratar ainda d'esta questão na camara, requer que se peça, pelo mesmo ministerio da marinha e ultramar, copia autentica d'essa portaria.

O sr. Alves Martins:—chama a attenção do sr. ministro da justiça sobre os seguintes assumptos:

Foi accusado no Porto um jornal por abuso de liberdade de imprensa; havia tres leis que regiam o uso ou abuso de liberdade de imprensa, e ultimamente existe tambem o codigo penal, que no artigo 407.º trata do mesmo assumpto. A relação julgo este caso em virtude das leis que regulam a liberdade de imprensa; e o supremo tribunal, entendeu que o artigo do codigo derogou as leis anteriores, de modo que estão estes dois tribunales julgando sobre o mesmo caso por diferentes leis. Não emite opinião sobre qual dos tribunales tem razão, mas entende que é necessario uma interpretação autentica a este respeito, e pede ao sr. ministro que apresente á camara uma proposta n'este sentido.

Mandaram-lhe do Algarve alguns documentos, dos quaes consta que ha um delegado que se acha pronunciado pelo crime de falsificação de documentos. A pronuncia veio á relação, e foi confirmada por quinze juizes contra um. Não quer aggravar a situação do pronunciado, mas chama a attenção de s. ex.ª para saber, se este homem ainda é delegado, ou se está suspenso; e faz esta pergunta, porque, quando os srs. ministros subiram ao poder, appareceram duas demissões instantaneas de dois homens de quem a imprensa tinha fallado, estavam pronunciados e mettidos em processo; estavam suspensos, e antes de serem julgados coube ao sr. ministro a honra de demittir um d'elles, que pertencia á sua repartição, isto sem esperar pela sentença dos tribunales. Pergunta agora se este delegado foi tambem demittido.

Pede a s. ex.ª que traga á camara o projecto das tabellas ecclesiasticas, que é de grande necessidade, porque a sessão vac-se adiando, e deseja que ainda n'este anno se trate d'este interessante assumpto.

O sr. Ministro da justiça (Mártens Ferrão):—sem prescindir do direito de ser avisado, quando se trata de interpellações, não tem duvida em responder ás perguntas que lhe faz o sr. deputado, por se achar para isso habilitado.

A primeira pergunta do sr. deputado é em relação a um recurso interposto em questão de abuso de liberdade de imprensa, do modo por que devem julgar os tribunales pro ou contra em materia analogá; e se é preciso alguma providencia a este respeito. O governo não pôde tomar parte directamente em negocios d'esta ordem; o julgamento pertence ao poder judicial, e se se encontram julgamentos diferentes entre dois tribunales sobre um mesmo caso, cada um julga como entende de justiça: está n'isso a sua independencia. Se entendem as leis de diverso modo, encontra-se isto em toda a parte, e muito mais no nosso paiz, onde ha muitos pontos em que era conveniente que as leis tivessem providenciado sobre algumas materias que se acham omissas, de modo que a legislação fosse mais harmonica.

Em relação á materia sujeita não ha senão dois caminhos, ou interpretação autentica da lei, ou uma nova lei. Mas esta materia é comprehendida no projecto de reforma do codigo penal, que tem de ser presente á camara talvez ainda n'esta sessão, por que a camara sabe que ha uma comissão encarregada da revisão do codigo penal, a qual se tem occupado assiduamente d'este trabalho; e portanto não lhe parece que seja conveniente apresentar-se uma lei de interpretação sobre uma materia, que diga-se a verdade, não está o melhor regulada, ainda que a justiça tem garantias, porque tem a ordem das escalas dos recursos.

Em quanto ao delegado de Lagos, pôde informar a camara, que esse delegado foi accusado, pronunciado e por consequencia achou-se em processo. Está suspenso em virtude da lei, e segundo lho consta, recolhido a uma prisão. Não pôde dar outras explicações á camara, porque o negocio está dependente dos tribunales, e elles julgarão conforme entenderem de justiça; se condemnarem o delegado, demittido está elle por esse facto; se o não condemnarem, o governo apreciará os factos accusados, e verá, se, embora não haja criminalidade, está nas circumstancias de continuar no serviço publico; n'este ponto tem obrigação de guardar toda a reserva.

A respeito de medidas ecclesiasticas tem-se occupado d'este assumpto, e em pouco tempo apresentarão alguns trabalhos á camara a este respeito.

O sr. Nogueira Soares:—por parte da comissão de fazenda, pede ao sr. presidente que convide todos os srs. deputados, a reunirem-se amanhã com a mesma comissão, a fim de lhe fazerem todas as observações que julgarem convenientes, acerca das tabellas juntas ao projecto de contribuição industrial, pois que a comissão quer que este projecto venha á camara o mais perfeito que possa ser, e que haja a maior igualdade e proporcionalidade no imposto, por isso deseja receber esclarecimentos de todos os srs. deputados.

Pedindo os srs. Coelho de Carvalho e Bivar, que lhes seja permitido dar explicações sobre o incidente suscitado pelo sr. Alves Martins, acerca do delegado de Lagos, o sr. presidente consulta a camara sobre se deve conceder a palavra a estes srs. deputados, e ella decide affirmativamente.

O sr. Coelho de Carvalho:—depois do esclarecimento que deu o sr. ministro da justiça pouco pôde acrescentar. A sua qualidade de deputado por Lagos obriga-o a dizer ao sr. Alves Martins, á camara e ao paiz, que não teria consentido que nenhum outro deputado o antecederes em levantar a voz contra infracções que qualquer autoridade tivesse committido no circulo que o elegue; mas o delegado de Lagos achou-se effectivamente mettido em processo, foi pronunciado, a pronuncia foi confirmada pela relação, e entende que é inconveniencissimo trazer esta questão ao parlamento, quando está committida aos tribunales (apoio), porque isso pôde exercer uma certa pressão sobre os juizes. Quer justiça, mas só justiça. Se os tribunales não cumprirem com o seu dever, pedirá contas ao sr. ministro da justiça, mas até lá é inconveniencissimo trazer esta questão ao parlamento (apoio).

O sr. Bivar:—não se envergonha de dizer que é amigo do delegado de que se trata, não de agora, mas desde os bancos das escolas. O sr. Alves Martins fallou como devia fallar, fallou como deputado da opposição. Não lhe ouviu graves censuras ao delegado, e de certo s. ex.ª trouxe á camara uma questão que não lhe cumpre tratar, porque está affecta aos tribunales, e elles decidirão; mas tendo-se

fallado em que seria conveniente apartar da magistratura um membro corrupto e matar moralmente um empregado que está no viveiro dos juizes, pelo facto da simples pronuncia, entendeu que devia levantar a sua voz, porque lhe ficaria mal, como amigo d'esse homem, se o não fizesse. A pronuncia, como todos os juriconsultos sabem, não estabelece senão a presumpção, e da presumpção á verdade, vac ainda alguma cousa. O delegado ainda não fallou, e espera que quando elle fallar, quando seguir a accusação, a verdade se ha de mostrar, e esse homem que é reputado membro corrupto da magistratura, parece-lhe que ha de apparecer tão puro como o era antes da accusação; espera que toda essa cegueira, que se levantou contra elle, ha de desaparecer como o fumo diante do vento, quando elle poder fallar, e os verdadeiros culpados hão de então apparecer.

O sr. Alves Martins:—não tratou de accusar o delegado; apresentou á camara o facto sabido e publico de haver um delegado no Algarve accusado do crime de falsificação de documentos e uso d'elles, pronunciado pela relação por quinze juizes contra um, que foi o sr. Moura Coutinho. Não emittiu opinião sobre o proceder do delegado, nem era competente para isso; a sua questão era mais alta.

O sr. Ministro do reino (Fontes Pereira de Mello):—apresenta uma proposta de lei, habilitando a camara municipal de Braga a gerir o mesmo municipio.

A comissão de administração publica.

O sr. Ministro da fazenda (Casal Ribeiro):—envia para a mesa uma proposta de lei, para ser permitida a venda dos diamantes em bruto pertencentes á coroa, que existem no banco de Portugal, e que fizeram parte das pedras preciosas destinadas para a compra de 1.000.000\$000 réis em inscripções, devendo ser o seu producto empregado em titulos de divida fundada.

A comissão de fazenda.

#### ORDEM DO DIA

CONTINUA A DISCUSSÃO DO PROJECTO DE LEI N.º 21.

O sr. Presidente:—continua a discussão do artigo 1.º

O sr. Gaspar Pereira:—lembra que seria conveniente discutir conjuntamente os artigos 1.º e 2.º, porque o artigo 1.º não envolve mais que uma questão de palavras.

O sr. Mello Soares:—entende mais regular que se continue na discussão como ella foi principiada, discutindo-se os artigos separadamente.

O sr. Carlos Bento (sobre a ordem):—manda para a mesa a seguinte substituição ao artigo:

«Artigo 1.º Desde o 1.º de janeiro de 1861 continuarão em vigor as disposições que regulam os impostos de transmissão e das sizas, com as modificações estabelecidas nos artigos seguintes. — Carlos Bento da Silva.»

Sustentando a substituição diz, que não pôde convencer-se de que effectivamente não resultem graves inconvenientes da alteração estabelecida n'este artigo, a respeito da denominação das contribuições que o projecto trata de melhorar.

Podem-se melhorar os impostos que existem, pôde-se tornar o seu rendimento mais proveitoso para o estado, sem recorrer a uma mudança de denominação; já por essa mudança o projecto se vê obrigado a definir o que são esses impostos, e não reputa nada tão perigoso como essa definição. Lendo o artigo 1.º, desde logo entra em duvida sobre quaes são as transacções sujeitas ao imposto.

O sr. ministro da fazenda disse que as inscripções, por exemplo, não ficam sujeitas ao imposto; e do mesmo modo é necessario dar explicações a respeito de muitas outras transacções, necessidade que prova as duvidas que se suscitaram pela mudança da denominação. Pois que duvida pôde haver em se dizer que continua o mesmo imposto das sizas, o mesmo imposto de transmissão de propriedade, com os melhoramentos que se entender que são necessarios para tornar



missões de propriedade immovel, ou sejam por título gratuito, ou por título oneroso, nomeadas expressamente com o nome de imposto de transmissão, está assim bem.

E uma vez que fallou no projecto de credito predial não pôde deixar de render elogios a s. ex. o sr. ministro da justiça (muito apoiado) a respeito d'aquelle projecto, que está elaborado com muitissima intelligencia, com profundo conhecimento e aperfeiçoamento de quanto a tal respeito se tem escrito, e que ha de ser de um proveito immenso para a economia do país (muito apoiado). Elle, orador, desejava que fosse feito quando a terra estivesse livre, e para isso recommenda ao governo que veja se pôde de algum modo libertar a terra vinculada ou dar um remedio aquillo que é um estorvo.

O illustre deputado que abriu o debate sobre este projecto fez d'elle um monstro e disse, que era anti-economico, e que estava lançado contra todos os principios; e foi buscar o systema de economistas que não querem que a propriedade seja lançada sobre o rendimento, mas emaranhou-se n'uma propozição que está contradictada.

O tributo da siza é anterior aos tempos da monarchia, porque na Lusitania havia sizas. Com o estabelecimento da monarchia começou ella para nós de modo muito diverso de comarca para comarca, de maneira que havia uma differença entre 5, entre 10 e 20 por cento. E assim este tributo não é insolito; nem se pôde dizer que seja pesado um augmento de 1/2 por cento.

O imposto da transmissão da propriedade não o impugnou o illustre deputado, nem o podia impugnar, mas causou-lhe sensação o serem obrigados ao pagamento do direito os parentes na linha collateral no 1.º e 2.º grau por direito canonico; mas nem isso é para estranhar, por quanto pela nossa legislação na propria linha descendente se pagava direito de transmissão pela doação.

O illustre deputado passou depois a censurar o projecto porque abrangia a emphyteuse: elle, orador, ha de por uma emenda que tencionava apresentar, comprehender tambem a sub-emphyteuse e o censo.

O illustre deputado disse que a emphyteuse que tem feito a fortuna do Minho, ia ser peida por este projecto; ia ser dificultada com o direito que no projecto se estabelece. Parece-lhe que se não pôde peia alguma a emphyteuse, e quem quizer constituir uma emphyteuse, não tem difficuldade nenhuma, mas não se pôde exceptuar do imposto; e entende que se deve comprehender a sub-emphyteuse e o censo, que são da mesma natureza. O sub-emphyteuta em relação ao emphyteuta tem obrigações e direitos, e portanto, este modo de alienação de transmissão da propriedade deve entrar, assim como deve entrar o censo consignativo, e ha de mandar uma emenda para que isto fique bem claro.

Entende tambem, quando for occasião competente, dever mandar uma emenda para que no artigo 2.º se comprehendam os titulos de divida publica, como as acções de bancos ou companhias e papeis de credito, porque é necessario que isto vá bem especificado na lei e não fique no escuro, para que depois nos regulamentos não pareça que se contraria a lei; assim como é tambem necessario que na lei vá bem definido o que é o valor do dominio directo e dominio util, e mendas estas que terá occasião de mandar para a mesa no logar competente.

O sr. Barros e Sá:—tendo a palavra sobre a materia code d'ella, e requer que se julgue discutida a materia do artigo 1.º

Julga-se discutida.

A proposta do sr. Moraes Carvalho considerada como emenda e posta a votos é rejeitada.

Art. 1.º—aprovado.

Substituição do sr. Carlos Bento prejudicada.

Entra em discussão o artigo 2.º

O sr. Mello Soares:—requer que juntamente com o artigo 2.º se discuta o artigo 3.º

Assim se resolve, e ficam, por tanto, em discussão os artigos 2.º e 3.º

O sr. Barros e Sá (sobre a ordem):—lê duas pro-

postas que tem de apresentar, uma do artigo 2.º e outra do artigo 3.º. Estas duas propostas prejudicam em parte a sua idea principal, que é a eliminação das palavras do artigo 2.º: «Comprehendem-se nesta cathogoria os contratos de emphyteuses; eliminação que deixa de propor, porque o tencionava fazer um illustre deputado seu amigo e patriota. Para o caso de não ser approvada essa eliminação, é que apresentará as suas propostas.

Observa que ha muitos contratos na vida civil, que é difficil dizer se são contratos de transmissão de propriedade por título gratuito, ou por título oneroso; como, por exemplo, as doações para casamento ou por causa de casamento, que, na opinião mais commun, não carecem de insinuação, porque envolvem sempre um encargo. Pergunta: se é intenção do governo sujeitar estes contratos á contribuição do registo? E como se hão de sujeitar?

Entre nós, especialmente na provincia do Minho, ha os prazos, que na maxima parte são de livre nomeação. É de direito commun, pelo menos na opinião mais segura, que os prazos de livre nomeação não fazem parte da herança, podem ser nomeados pelos paes ou nos filhos, ou em estranhos; e por consequencia entende-se que, quando o paes dá a um filho, é por mera liberalidade. Ora, supponha-se que um paes contrahou o casamento de seu filho, ou de sua filha, e que nomeou um praso no futuro conjuge ou na noiva, e poz-lhe encargos, como prestações de dinheiro, muitas vezes adiantadas etc. Pergunta: ha aqui uma doação gratuita ou onerosa? E sujeita-se esta doação á contribuição de registo? E como se ha de sujeitar?

Não é claro o projecto no que diz respeito á designação da propriedade movel e da immovel. Ha muitos valores sobre que é questionado em direito, se pertencem á propriedade movel ou á immovel; e tanto assim que o sr. ministro da justiça, n'um projecto que apresentou á camara, esforça-se por mostrar quaes são as propriedades moveis e as immoveis que estão sujeitas ao registo hypothecario. Pede á commissão que explique esta parte do projecto com clareza.

O projecto carece de ser explicado n'outro ponto, porque dizendo respeito á transmissão da propriedade, e envolvendo a propriedade em si os onus reaes, que o sr. ministro da justiça sujeita ao registo hypothecario, é preciso saber se á contribuição de registo estão sujeitos todos os onus reaes que ficam sujeitos ao registo hypothecario.

Não tem difficuldade em votar este projecto pelo encargo que traz consigo, porque calcula que elle não dá a terça parte do que se espera, e elle, orador, está disposto a votar ao governo o triplo do que os srs. ministros querem obter por esta medida: faz opposição ao projecto, porque entende que traz mais prejuizos do que vantagens.

A respeito da emphyteuse continua a permanecer na sua idea, de que ha mais vantagem para o fisco em a deixar livre do que em a quotizar. Ainda não foi convencido pelas razões que ouviu em contrario. No tempo em que o imposto das sizas abrangia mais actos da vida, a emphyteuse nunca foi quotizada; e havia razão para isso, porque entre nós a emphyteuse é sempre pequena, é sempre o aforamento de duas ou tres geiras de terra, e a emphyteuse em grande, que é de ordinario em bens vinculados, em regra geral é um contrato simulado.

Não sabe a razão por que a commissão não adoptou os paragraphos do artigo da lei de 1844, respectivos a esta materia, porque ali vem a classificação de todos os titulos; e parece-lhe que não havia necessidade de fazer uma innovação, quando se não mostre ter havido inconveniente na execução da disposição d'aquella lei.

A lei de 1844 excluia as embarcações de pesca do pagamento d'este imposto, mas o projecto, fallando dos objectos que ficam excluidos do pagamento do imposto de registo, não falla nas embarcações de pesca, e não lhe parecia que o thesouro se enriqueceria muito obrigando estas embarcações ao pagamento do imposto de registo; e por isso entende que ellas devem ficar isentas.

Termina mandando para a mesa a proposta que havia annunciado quando começou a fallar, que é a seguinte:

«Artigo 2.º Estão sujeitos ao imposto de registo: 1.º Os contratos que importam transmissão de propriedade immovel, que por titulo oneroso de venda, permutação ou emphyteuse, quer por titulo gratuito de doação, nomeação, legado, successão testamentaria ou legitima, singular ou universal.

2.º Os contratos que importam transmissão de propriedade movel, por titulo gratuito de valor excedente a 100\$000 réis.—Barros e Sá.

«Artigo 3.º substituição.—Não são sujeitos ao imposto de registo:

1.º Os actos que importam transmissão de propriedade, de qualquer natureza, por titulo gratuito entre os ascendentes, descendentes, conjuges, esposos e irmãos.

2.º 3.º, e 4.º como estão no projecto.

5.º As subrogações de bens vinculados em morgado ou capella, por titulos de divida publica fundada.

6.º As subrogações de bens, de qualquer natureza, pertencentes a estabelecimentos publicos, corporações religiosas, irmandades, seminarios, collegiadas, camaras municipales, etc., por titulos de divida publica, feitos na conformidade da lei.

7.º As embarcações de pesca.—Barros e Sá.

O sr. Justino de Freitas (sobre a ordem):—manda, por parte da commissão, para a mesa alguns additamentos aos artigos em discussão, que são os seguintes:

«Additamento ao artigo 2.º n.º 2.º, depois das palavras, de qualquer especie e natureza, comprehendidos os titulos de divida publica, acções de bancos, companhias ou sociedades, e quaesquer papeis de credito.

Additamento ao artigo 3.º, n.º.—As vendas de titulos de divida publica, acções de bancos, companhias ou sociedades, e de quaesquer papeis de credito, e as trocas de uns por outros d'estes valores.

N.º—As subrogações de bens de raiz vinculados por inscripções ou por outros titulos de divida publica, cuja vinculação seja permitida por lei.

N.º—As vendas de bens, e as vendas e remissões de fôros, censos e pensões pertencentes ao estado, ou estejam na posse da fazenda, ou na de donatarios, em conformidade da legislação vigente.—Justino Antonio de Freitas.

O sr. Presidente:—como estes additamentos são offerecidos pela commissão, ficam em discussão.

Lidas na mesa as propostas do sr. Barros e Sá são admittidas, e ficam tambem em discussão.

O sr. Moraes Carvalho (sobre a ordem):—apresenta o additamento seguinte:

«Art. 3.º—Additamentos para serem convenientemente collocados:

Não são sujeitos ao imposto de...

As subrogações de bens vinculados por inscripções.

Os aforamentos de bens vinculados.

Os aforamentos de terrenos onde não haja cultura alguma.—Moraes Carvalho.

O sr. Couto Monteiro:—manda para a mesa um parecer da commissão de administração publica.

O sr. Pinto Martins (sobre a ordem):—apresenta a seguinte emenda:

«Proporho, que no n.º 2.º do artigo 2.º se eliminem as palavras «escritura publica» e adiante de «dote» se substitua «de» por «ou».—M. P. Martins.

O sr. Figueiredo de Faria (sobre a ordem):—offerece os seguintes additamentos aos artigos em discussão.

«Proporho que ao n.º 1.º do artigo 3.º do projecto n.º 21 se acrescentem as seguintes palavras em seguida ao termo conjuges «e bem assim os bens, ou valores dotados pelos paes, ou avós em desconto das legitimas dos filhos, ou netos».

Sala das sessões, 18 de abril de 1860.—O deputado pelo circulo n.º 28, José Joaquim Figueiredo de Faria.

«Proporho que ao artigo 2.º do projecto n.º 21 em discussão se acrescento o seguinte:

§ unico. Ficam em pleno vigor os contratos de emphyteuse existentes ao tempo que principiar a vigorar esta lei, e o direito de continuarem a ser reformados por escriptura publica, sem dependencia do pagamento da taxa do registo, ou siza, os respectivos titulos de emphyteuse, e sub-emphyteuse, segundo as regras actualmente observadas, e nos termos permitidos pela legislação vigente.

Sala das sessões, 18 de abril de 1860.—O deputado pelo circulo n.º 28, José Joaquim Figueiredo de Faria.

O sr. Rocha Peixoto (sobre a ordem):—envia para a mesa os seguintes additamentos:

«Artigo 2.º São sujeitos a esta contribuição:

1.º Os actos que importam transmissão de propriedade immovel de qualquer especie ou natureza, de valor excedente a 100\$000 réis por titulo oneroso, e a 50\$000 réis por titulo gratuito, qualquer que seja a sua denominação ou forma de titulo.

2.º Os bens de morgado ou capella que for abolido, a consolidação na emphyteuse, a occupação, a intervenção e a accessão.

3.º Os actos que importam transmissão de propriedade movel, de qualquer especie ou natureza, assim como os direitos e acções de valor excedente a 50\$000 réis, por doação gratuita inter vivos ou causa mortis; successão testamentaria ou legitima, universal ou singular.

4.º Os actos que importam transmissão de propriedade movel ou immovel, direitos e acções em dote para casamento, de valor excedente a réis 400\$000.

A contribuição sobre os direitos e acções, de que se falla, só se tornará effectiva depois de realisados.

Os contratos de emphyteuse não se comprehendem na classe dos bens sujeitos a esta contribuição, se não no excesso do rendimento collectavel, alem do dominio directo.—Rocha Peixoto.

O sr. Bivar:—requer, que amanhã, em vez de haver trabalhos em commissões, continue a discussão do projecto n.º 21.

Consultada a camara resolve affirmativamente.

O sr. Presidente:—dá para ordem do dia de amanhã a continuação da de hoje, e levanta a sessão.—Eram quatro horas da tarde.

Relação dos srs. deputados que estiverem presentes á chamada ao meio dia

Cancela, Moraes Carvalho, Braamcamp, A. de Carvalho Coutinho e Vasconcellos, Dias de Azevedo, Antonio Eleuterio, Feio de Magalhães Coutinho, Gonçalves de Freitas, Gouveia Osorio, Ferreira Pontes, Barros e Sá, Pequeto, Robalo de Azevedo, Lopes Branco, Rodrigues Sampaio, Telles de

Vasconcellos, A. Vaz da Fonseca e Mello, Aristides, Palmeirim, Zeferino Rodrigues, Bartholomeu dos Martyres, Bento de Freitas, Carlos Bento, Castro Ferrer, Cyrillo Machado, Claudio Nunes, Rebello de Carvalho, Cypriano da Costa, Teixeira da Motta, Garcia Peres, Mousinho de Albuquerque, Pereira Brandão, Bivar, Barroso, Coelho do Amaral, Diogo de Sá, Costa e Silva (Joãoquim), Pinto Tavares, Rodrigues Batalha, Soares Franco, Gaspar Pereira, Hermenegildo Blanc, Jacinto José da Silva Andrade, Ferraz de Miranda, Fonseca Coutinho, João José de Azevedo, Mello Soares, Castro Portugal, Aragão Mascarenhas, Noronha e Menezes, Neutel, Faria Guimarães, José Antonio Maia, Infante Pessanha, Dias Ferreira, Encarnação Coelho, Alves Chaves, Figueiredo de Faria, Feijó, Chrispiano da Fonseca, D. José d'Alarcão, Sá Vargas, Costa e Silva (José), Rojão, Mello Gouveia, J. do Carvalho, Justino de Freitas, Albino, Mendes e Vasconcellos, Pinto Tavares, Luiz Teixeira de Sampaio, Rocha Peixoto, Azevedo Pinto, Marianno de Sousa Feio, Pinto Martins, Pedro Augusto Monteiro, Roberto Charters, D. Rodrigo de Menezes, Simão Maria de Almeida, e Visconde de Mendella.

Projecto de lei determinando a forma da divisão pelos concelhos das contribuições votadas pelas juntas geraes dos districtos, apresentado pelo sr. deputado Faria Guimarães em sessão de 13 do corrente.

Senhores.—É sabido que não ha lei que prescreva uma base invariavel para a distribuição das quotas de contribuição para as despesas de criação de expostos e geraes dos districtos; e que, portanto, depende do arbitrio das respectivas juntas geraes o fazer repartir essas quotas em relação aos rendimentos e contribuições municipales, em relação á contribuição predial, ou em relação a esta e á decima industrial, e mesmo em relação á população.

A portaria circular de 17 de fevereiro de 1854, indicando como mais util, que se adoptasse geralmente para base da distribuição o mappa da contribuição de repartição, como indicador mais seguro das forcas tributaveis de cada concelho, não resolveu, nem podia resolver cousa alguma.

Mas é certo que a base indicada naquella portaria se accommoda mais que outra qualquer ao estabelecimento do codigo administrativo, a respeito das derramas das contribuições municipales e parochias directas; por isso tenho a honra de propor á vossa consideração; em harmonia com a indicação contida na mesma portaria, o seguinte

#### PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º As contribuições votadas pelas juntas geraes de districtos, quer para a criação dos expostos, quer para outras despesas districtaes, serão divididas pelos concelhos dos respectivos districtos na proporção da sua contribuição de repartição ou do seu rendimento collectavel.

Art. 2.º Fica revogada qualquer disposição em contrario.

Sala das cortes, em 9 de abril de 1860.—O deputado pelo Porto, Joaquim Ribeiro de Faria Guimarães.

### NOTICIAS DO REINO

#### CONTINENTE

Porto.—O Commercio do Porto de segunda feira 16 do corrente dá conta nos seguintes termos da segunda reunião de jornalistas que teve lugar n'aquella cidade:

«No sabbado houve na casa da redacção do Jornal do Porto a segunda reunião dos membros da imprensa periodica d'esta cidade para se ler o projecto de representação que deve ser dirigido ás cortes, pedindo a interpretação authentica das leis sobre abusos de liberdade de imprensa.

«Presidiu, como na reunião anterior, o sr. Custodio José Vieira, servindo tambem de secretario o sr. José Barbosa Leão. O sr. Meirelles de Tavora abriu a discussão, dizendo que comparecera na reunião, não para discutir a redacção da representação, por isso que discordára da opinião da maioria, sobre consignar-se n'ella a idea de que para o jornalismo era clara a lei, pois que elle a considerava obscura, mas que entendera devia ouvir ler a acta da reunião anterior para conhecer se as suas opiniões tinham sido bem comprehendidas: porque pela noticia que deu o Jornal do Porto da reunião lha parecia não se ter dado a verdadeira intelligencia ás suas palavras, na parte que respecta ao seu sentimento da opinião da maioria. O sr. Barbosa Leão explicou a noticia, e a interpretação que devia dar-se-lhe. O sr. Tavora deu-se por satisfeito.

«Em seguida leu o sr. José Luciano de Castro o projecto de representação, e tomando a palavra o sr. Jeronymo Ferreira Pinto Basto, fez uma declaração de voto sobre a deliberação tomada na reunião anterior, impugnando a idea da representação, e por incidente indicou a idea do estabelecimento de um monte pio jornalístico, como meio de garantir uma certa independencia individual aos jornalistas, e moralisar a imprensa. Este pensamento mereceu geral approvação. Declarando o presidente que a representação era cousa assentada e resolvida, pela quasi unanimidade de votos, na anterior reunião, estava prejudicada toda a discussão, tendente a impugna-la, e que só tinha a discutir-se a sua redacção.

«Em vista d'isto os srs. Jeronymo Ferreira e Meirelles de Tavora retiraram-se, declarando o primeiro que não podia assignar a representação nem discutir sobre a sua redacção, por isso que desapprova o facto, e dizendo o segundo que não podia tambem sancionar com a sua assignatura um documento em que se consignava uma opinião divergente da sua.

«O projecto de representação foi depois unanimemente approvado, com ligeiras modificações na dicção.

«O sr. José Luciano fez depois sentir a necessidade de corrigir as deficiencias e descomedimentos da imprensa pela mesma imprensa, e propoz a instituição de um tribunal de honra, para esse fim.

«A proposta foi unanimemente approvada, e os srs. José Luciano de Castro, Custodio José Vieira, José Luciano de Carvalho, e Ramalho Ortigão, ficaram encarregados de formular as bases da projectada instituição, para a discussão das quaes deveirão ser convocados todos os individuos que pertencem ao meio pertencido ao jornalismo portuense.

O Amigo do Povo, tratando da mesma reunião, dá noticia de terem estado presentes, alem dos jornalistas que na anterior narrativa se mencionam, os srs. João Cesar Pinto, Guerra Leal, Rodrigo José de Oliveira Guimarães, e Rodrigues de Freitas Junior.

—Chegou hontem (15) de Lisboa, escreve o Commercio do Porto, no vapor Ville de Paris, a mari-nagem que deve tripular o vapor Lisboa, que no dia 22 do corrente deve sair de Glasgow para o Porto e começar as suas carreiras entre este porto e o de Lisboa.

Esta tripulação deve seguir amanhã para Glasgow no vapor Lusitania, porque a sociedade proprietaria resolveu manda-lo ali para se lhe fazer um concerto radical, e para que a carreira entre Lisboa e Porto seja servida por dois excellentes e seguros vapores.

Povo de Varzim.—Na costa d'esta villa sobrou em a noite de 31 do passado uma lancha de pesca, o que den em resultado morrerem cinco pessoas. Triste e arriscada é a vida dos pobres pescadores.

Villa do Conde.—Já n'esta folha demos conta do naufragio do brigue francez l'Alfred, succedido na praia denominada Aguçadora, d'esta villa, no dia 6 do corrente: o correspondente particular d'esta localidade, do Commercio do Porto, envia-lhe os seguintes promenores acerca do mesmo fatal sinistro: «Este navio vinha de Georgenti com destino a Diéppe com um carregamento de enxofre; soffreu tempo bastante, que o fez arribar a Malta, para ali fazer algum reparo; tres dias antes do naufragio abria agua, estando a grande distancia de terra; viu-se portanto a tripulação, que era de oito pessoas, na necessidade de correr para a costa, para ver se podia salvar-se, o que conseguiu na tarde do dia 6, pelas 7 horas da noite.

«Este navio, duas horas depois do naufragio, começou a fazer-se em pedacos. A maior parte dos seus aprestes têm sido arrojados á praia, assim como uma pequena porção da carga, existindo ainda no mar a maior parte, e as correntes e ferros com uma porção do fundo do navio. A arrematação dos salvados tem de ser feita no dia 22 d'este mez.

Portalegre.—Com referencia aos ultimos dias do mez preterito dá o Archivo Rural as seguintes noticias agricolas d'este districto:

«As searas de centeio em algumas localidades têm soffrido prejuizo, notando-se mais sensivel nas terras fracas. Os pomares de espinho continuam a soffrir, porque a rigeza dos ventos têm-lhes sacudido o fructo, e as geadas dessecado a folha; o outro arvoredor em geral apresenta um aspecto agra-davel.»

### NOTICIAS ESTRANGEIRAS

Recebemos folhas de Madrid até 15 do corrente, e de Paris até 12.

Dos jornaes hespanhoes recebidos pelo correo de hoje, apenas o jornal El Dia publica um despacho telegraphico com a noticia de que o general Lamoriciere publicou em Roma uma ordem do dia, na qual explica as razões por que aceitou o convite do summo pontifice, pondo a sua espada á disposição de sua santidade.

#### HESPAÑIA

O Jornal Mercantil de Valencia dá os seguintes promenores, relativos á condução de Ortega e dos outros prisioneiros para Tortosa:

«O governador de Morella tinha dado ordem para que Ortega fosse transportado para aquella cidade, e com esta determinação coincidiu a do general Concha, que mandava pôr o ex-general Ortega á disposição do coronel Freixas para ser conduzido para Tortosa, onde devia instaurar-se o processo.

«Porém como era grande a distancia a percorrer, e faltavam as communicações telegraphicas, a ordem não pôde chegar a tempo de evitar que o preso fosse conduzido para Morella. N'esta ultima cidade não constou em que ponto se achava a força commandada pelo coronel Freixas, até que este se encontrou com as companhias do provincial de Alicante, que conduziam os presos. O commandante destas companhias não tinha ainda recebido ordem para entregar os presos ao coronel Freixas, e recusou-se, como era natural, a fazê-lo, em quanto não recebesse ordens, n'este sentido, do governador de Morella, que era o responsavel pela condução.

«Acha-se explicada esta circumstancia pelo atraso, que chegou a ordem do general Concha. Apenas entrou em Monroy, a força que conduzia os presos recebeu ordem para os entregar ao coronel Freixas, porém este chefe julgou conveniente que os presos continuassem da mesma forma até Morella. Parece que as exigencias de Ortega e as dos seus companheiros foram grandes, até chegarem a este ultimo ponto; porém o commandante da escolta houve-se com a maior dignidade. Os presos queriam fazer a jornada montados nos seus proprios cavallos; porém o coronel Freixas não annuiu a este pedido, mas cedeu um dos seus cavallos a Ortega. Os outros presos não quiseram ir nos cavallos que lhes haviam sido destinados, e andaram sempre a pé, até Morella, onde se arranjaram tres carros, como melhor meio de condução que se lhes podia facilitar, e assim seguiram os presos para Tortosa. N'um dos carros ia só Ortega com um ou dois officiaes da guarda civil; n'outros, os quatro individuos que foram presos em sua companhia; o terceiro, os tres individuos que estavam já presos em Morella.

«A pessoa, que escreveu a carta que dá os promenores que acima transcrevemos, julga que toda a cautela era pouca, por quanto as proprias forcas, que escoltaram os presos, reconheceram que Ortega estava disposto a aproveitar qualquer occasião que se lhe proporcionasse para fugir. ....»

Um jornal de Bilbão, o Euzalduna, diz no seu numero de 11 do corrente o seguinte:

«Hontem de manhã tivemos de precensear um acontecimento bem desagradavel e triste: foi o fuzilamento, por ordem do general em chefe d'este districto, de dois individuos que foram presos em Basurto. Um d'elles, que estava no hospital civil curando-se das feridas que recebeu no acto de ser preso, foi transportado para a prisão ás onze horas e meia da noite de hontem (10). As quatro horas da manhã, os presos receberam a noticia de que iam ser fuzilados, e recolheram-se ao oratorio: ás oito horas foram para o logar do supplicio, e ás nove foram fuzilados na praça de Miraflores.

«Um chamava-se José Maria de Mendizabal, era natural de Astuzieta, tinha quarenta e dois annos, e casara havia apenas dois mezes. O outro, o ferido, era José Antonio de Bananechea, natural de Oranzain, tinha vinte e cinco annos, e era solteiro. Ambos se mostraram muito resignados com o seu infortunio.

«Desde que foram presos até que foram fuzilados, decorreram apenas quatro horas!

«Apesar dos esforços que temos empregado, ainda não conseguimos saber que tribunal pronunciou a sentença.»

#### PIEMONTE

Na camara dos deputados de Turim, o escrutínio para a nomeação do presidente proporcionou aos partidos occasião para se contarem. Lauza, o candidato do ministerio, só foi nomeado em segundo escrutínio; e Ratazzi, candidato da opposição, teve 68 votos no primeiro escrutínio e 67 no segundo.

Dizem algumas correspondencias de Turim, que quando a camara estiver completa, pelas segundas eleições, a esquerda contará perto de 80 membros. Suppõe-se que esta fracção tencionava votar contra a cessão de Niza.

### DOCUMENTOS DIPLOMATICOS

Nota do conselho federal, dirigida á Austria, França, Gran-Bretanha, Prussia, Russia, Portugal, Sardenha e Suecia

BERNA, 5 DE ABRIL DE 1860

Como a posição futura da Saboya, em relação á confederação, se tornou o objecto de negociações diplomaticas, o conselho federal suizo sustentou como uma consequencia rigorosa do principio que, em razão dos direitos garantidos pelos tratados, esta questão não pôde ser decidida sem que a Suissa seja ouvida.

Esta maneira de ver acha-se plenamente justificada na nota que o conselho federal teve a honra de dirigir, no dia 19 de março, ás altas potencias ga-

rantes dos tratados de Vienna. Em as notas que elle trocou depois disso com a França e a Sardenha, o conselho federal fez sentir a absoluta necessidade de uma reunião das altas potencias, a fim de se decidir, com a participação da Suissa, a questão pendente por meio de uma solução, que esteja em harmonia com os interesses europeus, e com os da confederação suissa.

O conselho federal tem tanta mais razão para esperar que a sua proposta seja favoravelmente acolhida, por quanto o artigo 2.º do tratado de reunião concluido em Turim no dia 24 de março de 1860, entre a França e a Sardenha, prevê expressamente uma combinação ou com as potencias garantidas do tratado de Vienna, ou com a confederação suissa. Esta estipulação espontanea é apresentada á suissa como uma garantia segura de que a questão pendente, cuja importancia todas apreciam, receberá uma solução satisfatoria para os interesses da confederação.

O caminho, que o conselho federal tem a seguir para alcançar este fim, acha-se traçado pela disposição final do artigo 4.º do protocolo, adoptado no dia 15 de novembro de 1818, pelas potencias que tomaram parte no congresso de Aix-la-Chapelle.

Essa estipulação é concebida nos termos seguintes:

«Ellas (as conferencias das potencias) só terão logar quando se dê um convite formal, por parte dos estados aos quaes as questões digam respeito, e sob a expressa reserva dos seus direitos de tomarem parte n'essas conferencias, ou directamente ou por intervenção dos seus plenipotenciarios.»

O conselho federal suizo vê-se hoje compellido a reclamar das altas potencias que se reuna a conferencia prevista pelo citado artigo, a fim de que se leve a uma solução, conforme os principios do direito das nações e da ordem social na Europa, o conflicto actual, que adquiriu já uma importancia europea. O conselho quer deixar á prudencia das altas potencias o cuidado de designarem o logar e a epocha d'essa conferencia, e apenas manifesta o desejo de que essa reunião tenha logar com a maior brevidade possivel, por quanto a inquietação crescente da Suissa reclama da maneira mais urgente uma proxima solução da questão; a isto está ligada a condição de que a Suissa seja chamada a tomar parte n'essas deliberações.

Finalmente, o conselho federal deve insistir para que o statu quo seja mantido intacto nas provincias neutralizadas da Saboya, e que não se proceda a nenhum acto de posse, militar ou civil, sem que intervenha a decisão da confederação. A assembléa federal da confederação ligou a estas condições a mais alta importancia na sua sessão de 4 do corrente. É incontestavel que a conservação do statu quo não é só de interesse suizo, mas é de interesse geral para a Europa, e por tanto o conselho federal espera que as altas potencias saberão apreciar o seu pedido, tomando-o na devida consideração, e apoiando-o energeticamente.

O conselho federal suizo tem a honra de recomendar a sua proposta á benevolencia das altas potencias, e nutrido a esperanza de que muito brevemente receberá uma resposta favoravel, aproveita esta occasião, etc.

O conde de Cavour, ministro dos negocios estrangeiros do Piemonte, a mr. Tourie, enviado extraordinario da confederação helvetica em Turim.

TURIM, 6 DE ABRIL

«Senhor enviado.—Tenho a honra de accusar a recepção das duas notas que tivestes a bondade de dirigir-me nos dias 1.º e 5.º d'este mez.

«De accordo com o desejo que manifestastes, apresso-me a declarar-vos que, em conformidade com as estipulações de 24 de março, a França não tomará posse das provincias da Saboya sem que as populações se pronunciem e o



Milho.....	362.364 alqueires
Centeio.....	14.059
Frijol.....	3.209
Manteiga.....	507 arrobas

# MOÇAMBIQUE Estadística dos productos exportados de Quelimane

GENÉROS	1856		1857		1858	
	ARROBAS	LIBRAS	ARROBAS	LIBRAS	ARROBAS	LIBRAS
Marfim.....	3.259	14 1/2	3.956	5	967	5
Cera bruta.....	109	17	175	3	165	3
Cavalo marinho.....	125	5	234	16	98	18
Gomma elastica.....	-	-	75	-	45	16
Urzelia.....	-	-	-	-	6	-
Azeite de coco.....	-	-	-	-	60	-
Pontas de abada.....	12	6	14	-	898	-
Copa.....	-	-	75	-	-	-
Calumbá.....	-	-	-	-	-	-
Quiçapos de arroz e trigo.....	62	-	2.225	-	-	-
Volumes de diferentes generos.....	238	-	229	-	228	-
Telhadas.....	116.000	-	20.000	-	-	-
Barris de achar de limão.....	4	-	8	-	3	-
Enchadas.....	122	-	19	-	-	-
Cannas de Madia.....	18	-	45	-	12	-
Gado vacum.....	-	-	-	-	-	-
Pesos (dinheiro).....	-	-	6.800	-	-	-
Peltes.....	-	-	56	-	-	-
Caixas de laranjas.....	-	-	130	-	-	-
Podas de tabaco.....	-	-	1.029	-	464	-
Vigas (madeira).....	-	-	1.028	-	-	-
Cocos.....	-	-	-	-	24.000	-

Observação.—Os volumes de diferentes generos são, a maior parte d'elles, os que por falta de compradores voltam para Moçambique.

Alfandega de Quelimane, em 3 de março de 1859.—Francisco Antonio Pinto, primeiro escrivão.

## MOVIMENTO MARITIMO

BARRA DE LISBOA  
Dia 18 de abril de 1860  
EMBARCAÇÕES ENTRADAS

D. Pedro, paquete portuguez a vapor, capitão F. C. de Senna, de Cardiff em 4 dias e 4 horas, com carvão e encomendas a companhia *unión mercantil*; 47 pessoas de tripulação e 2 passageiros. Entrou hontem ás 9 1/2 horas da noite.

Frederico, paquete portuguez, capitão M. Pereira Junior, de Antuerpia em 50 dias, e de Torbay em 8, com carvão e mais generos a J. B. Burnay; 10 pessoas de tripulação.

Aglaya, brigue noruegues, capitão J. Somme, de New Port em 8 dias, com carvão a G. A. Hancock & Comp.; 8 pessoas de tripulação.

Artemas, patacho inglez, capitão J. Fisher, de S. Johns em 17 dias, com bacalhau a M. Walsh & Comp.; 8 pessoas de tripulação.

Adelaide, rasca, mestre J. F. da Silva, de Vianna em 5 dias, com milho; 9 pessoas de tripulação.

Alvoen, brigue noruegues, capitão S. Haavaldsen, de New Port em 7 dias, com carvão, a ordens; 9 pessoas de tripulação.

Sphinx, barca dinamargueza, capitão H. C. Grotting, de Liverpool em 12 dias, com carvão, a ordens; 10 pessoas de tripulação.

Osprey, chalupa ingleza, capitão W. Leserett, de Portsmouth em 11 dias, e de Falmouth em 5; 7 praças de guarnição. Pertence á associação denominada *royal yacht squadron*.

Ferreira Borges, barca portugueza, capitão J. S. Quaresma, do Porto em 2 dias, com sal, vinho e mais generos, a B. M. O. Borges & Sobrinho; 18 pessoas de tripulação, e 107 passageiros, que são: Antonio Dias, ecclesiastico, João da Silva, Francisco José Fernandes, Manuel Joaquim Carvalho, Miguel Coelho, Serafim Coelho da Motta, João Clemente Moreira, Joaquim Pereira da Costa Porto, Manuel Pinto de Araújo, Joaquim Antonio Villa Rebello, José Pinto de Araújo, Manuel Pinto Novaes, Joaquim Pinto da Costa, Joaquim da Costa Porto, Antonio Gomes de Oliveira, Antonio Gomes de Araújo, João Gomes, José Gomes, José da Costa, José Gomes da Costa, Salvador da Silva Pereira, José Alves Carvalho, Domingos Bernardo, José Rodrigues das Neves, José Pereira, Francisco Rodrigues de Oliveira, Victorino Coelho, Custodio Moreira Rocha, Bernardo da Rocha, José de Sousa Thomé, Bernardo Soares de Azevedo, Domingos Rodrigues, Francisco Gonçalves Laranja, João de Brito, Antonio Mano Pereira, Manuel Francisco da Rocha, Severino Antonio da Silva, José Pereira, Manuel de Oliveira, Joaquim Pinto de Araújo, Francisco Manuel Rodrigues, Francisco José Gonçalves, A. J. dos Santos, M. A. Barbosa, M. J. Fernandes, Luiz Gomes da Cruz, Antonio Rodrigues, Antonio da Silva Rocha, Salvador Moreira, lavradores; José Pereira da Silva, Francisco Pereira Leite, Nicolau Gomes de Faria, Joaquim Barbosa, Serafim Pinto, Manuel Moreira, José Antonio Gonçalves, Manuel José Monteiro, Manuel João Barbosa, Francisco Lobato, João Nogueira, Antonio Lourenço, Elias da Veiga, João Alves, Manuel Joaquim de Oliveira, Manuel Antonio Carneiro da Motta, José Antonio Gonçalves, Bento Dias, Manuel Diogo, artistas; Joaquim de Miranda, Manuel Antonio de Oliveira, Antonio de Carvalho, Antonio da Costa Rodrigues, José Joaquim da Cunha Rocha, Casimiro Henrique, Sebastião Mendes, Antonio Ribeiro, João Ferreira, Antonio Francisco, Manuel Francisco, Jeronymo Luiz de Carvalho, Albino de Azevedo, Antonio Moreira de Almeida, Antonio José da Costa, Paulino de Oliveira, José Antonio Barbosa, José Maria da Rocha, Antonio Guedes da Silva, Leonardo Guedes, Manuel Joaquim Gaspar, José Fernandes, Antonio Ferreira da Costa Mesquita, Ricardo Coelho Alves, Antonio da Silva Bastos, Custodio de Freitas Guimarães, Antonio José de Andrade, Francisco Barbosa da Silva, Bento de Brito, caixeiros; Manuel Carvalho de Araújo, padeiro; Lino de Sousa Rocha, trabalhador; Custodia Roza de Jesus, D. Maria Margarida da Veiga, com 3 filhos menores; portuguezes. Destina-se para o Rio de Janeiro, e vem arribada com agua aberta.

Santa Brigida, cahique portuguez, mestre L. Martins, de Villa Nova de Portimão em 4 dias, com amendoa, aguardente e mais generos; 9 pessoas de tripulação, e 11 passageiros, que são: João Coutinho, negociante; Manuel Correia, Antonio Caçador, Antonio Joaquim com 1 filho, Manuel Abbade, Joaquim Ricardo, Joaquim dos Santos, O. Nobre, João Filipe, José Filipe, marítimos; portuguezes. Paquete do Havre, patacho portuguez, capitão A. Y. Pinto, do Havre de Grace em 6 dias, com fazendas, á viúva & J. B. Burnay; 9 pessoas de tripulação.

## EMBARCAÇÕES SAÍDAS

Nova União, cahique portuguez, mestre L. M. Baptista, para Olhão, com trigo e encomendas; 8 pessoas de tripulação e 3 passageiros, que são: Jaime Damião, Bernardo Maria, marítimos; Maria de Assumpção; portuguezes. Foi registado hontem e saiu hoje, tendo-se demorado na enseada de Pago de Arcos.

Visconde de Athouia, paquete portuguez a vapor, capitão M. G. Xavier, para a ilha da Madeira, com encomendas; 27 pessoas de tripulação e 24 passageiros.

Flor de Alcaer, hiate portuguez, mestre J. M. Branquinho, para Setubal, com cereas e encomendas; 6 pessoas de tripulação.

Eclipse, hiate portuguez, mestre J. de Araújo, para Setubal, em lastro; 7 pessoas de tripulação.

Senhora da Conceição e Almas, cahique portuguez, mestre A. Luiz, para S. Martinho, com encomendas; 8 pessoas de tripulação e 2 passageiros, que são: João Manuel de Jesus, Joaquim Maria de Jesus, trabalhadores portuguezes.

Esta exportação quasi toda feita para os portos do sul do reino representa a valiosa cifra de 160.000\$000 réis, numeros redondos, e calculada por um preço muito baixo.

## TELEGRAPHIA ELECTRICA

BOLETIM DO TELEGRAPHO PRINCIPAL

EM 13 DE ABRIL DE 1860

Serviço das barras

Da foz do Douro, do dia 15

Entrou o cahique portuguez *Flor de Maio*, de Cezimbra em 4 dias.

Saídas—Portuguezes, hiate *Loureira*, para Setubal; rasca *Isabel*, para Vianna; vapor inglez *Douro*, para Liverpool.

Fôra da barra ficam 7 hiates portuguezes, sendo um o *Antunes I.*, e outro o *Improvisio*.

O mar está bom.—O vento esteve NE., agora NO. brandos.

Do dia 16

Entradas—Portuguezes, hiates *Antunes I.* e *Improvisio*, ambos da Figueira; o primeiro em 4 dias e o segundo em 3; *Nova Triumpho*, *Feliz Destino*, *Peniz*, rasca *Flor de Aveiro*; e cahique *Nugre*; todos cinco de Aveiro em 2 dias; cahique *Lagarto*, de Cezimbra em 7 dias; vapor inglez *Leda*, de Cadiz em 3 dias.

Saídas—Portuguezes, barcas *Ferreira Borges*, para o Rio de Janeiro; *Ourense*, para o Rio Grande do Sul; hiate *Dois Amigos*, para a Figueira.

Fôra da barra fica a escuna ingleza *Alarme*.

O mar está um tanto agitado.—O vento esteve NE. e NO. regulares, agora N. brando.

Do dia 17

Entradas—Portuguezes, hiates *Victoria*, de Setubal em 4 dias; *Nova Atrevido* e cahique *Tres Amigos*, ambos de Aveiro; escuna ingleza *Alarme*, de Cardiff.

Saíu o vapor portuguez *Lusitania*, para Glasgow.

Fôra da barra fica um brigue portuguez.

O mar está um tanto agitado.

O vento esteve SE. brando, N. forte, agora regular.

De Vianna do Castello, do dia 15

Entradas—hates *S. Vicente 2.º* e *S. Lourenço*, ambos do Porto, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

Em Espozende não entrou nem saiu embarcação alguma no dia 12, e no dia 13 entrou o hiate *Barcellos*, vindo do Porto.

Do dia 16

Entrou a rasca *Conceição Subtil*, da Figueira, com vinho e pedra de cal.

A barra boa.—Mar chão.—Vento N.

Do dia 17

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hates *Boa Lembrança*, com madeira, e *S. João Baptista*, com milho, ambos para Lisboa.

De Caminha, do dia 15

Entrou o hiate *Cruz 3.º*, do Porto.

Mar bom.—Vento N.

Do dia 16

Entrou o hiate *Cortez*, vindo de Villa Garcia.

Saídas—Hates *Lealdade*, para Lisboa; e *Dez de Outubro*, para S. Martinho.

Mar bom.—Vento N.

Do dia 17

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N.

De Villa do Conde, dos dias 14 e 15

Nestes dias não entraram nem saíram embarcações algumas.

Mar bom.—Vento N.

Do dia 16

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar bom.—Vento N.

De Aveiro, do dia 16

Entrou o cahique *Senhora da Boa Morte*, de Peniche, com sardinha.

Saídas—Hates *Dois Amigos*, *Nova União*; rasca *Victoria*, *Conceição de Aveiro*, *Moreira*; cahique *Perola do Vouga*; e bateira *Olho Vivo*; todos para o Porto, com sal.—Hiate *Boa Hora*, para Lisboa, com madeira.

Do dia 17

Entrou o cahique *Bom Jesus e Almas*, de Peniche, com sardinha.

Da Figueira, do dia 16

Entradas—Brigue portuguez *Bella Figueirense*, de Lisboa, com assucar.—Hiate *Saltarello*, do S. Martinho, em lastro.—Escuna hanoveriana *Adeleide*, de New Castle, com carvão de pedra.

Saíu o cahique portuguez *Senhora do Carmo*, para Cezimbra com sal.

Fôra da barra nada se avista.

Mar bom.—Vento N.

Do dia 17

Entradas—Hates portuguezes *Dois Amigos*, do Porto, com varios generos; *Dois Irmãos 1.º*, de Setubal, com varios generos, arribado; *Senhora da Conceição*, de Lisboa, com palha, arribado; *Sociedade do Mondego*, de Peniche, com pescaria, arribado; rasca *Conceição de Aveiro*, de Lisboa, com carvão, arribado; *Albina*, de Peniche, com pescaria; e bateira *Isabel*, do Porto, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

Mar agitado.—Vento NNO.

Da Ericeira, do dia 16

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar chão.—Vento NNO.—Tempo nevado.

Do dia 17

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

Mar picado.—Vento NNO. forte.—Tempo nevado.

De Setubal, do dia 16

Não entrou embarcação alguma.

Saídas—Hiate portuguez *Nova Viagem*, para Villa do Conde, com sal.—Hiate portuguez *Carlos Alberto*, para Quebec, com sal.

Do dia 17

Entradas—Chalupa hespanhola *S. Domingos*, de

Cadiz, em lastro.—Hiate portuguez *Nova Viagem*, arribado com avaria no panno e casco, tendo saído d'este porto no dia 16.—Brigue sueco *Ubera*, de Lisboa, com sal.—Barca prussiana *Julie Larise*, de Barcelona, em lastro.—Hiate portuguez *Lanceiro*, do Porto, com varios generos.—Bateira portugueza *Estrella de Ovar*, de Lisboa, com varios generos.

Saíu o hiate portuguez *Nova Feliz*, para Bristol, com fructa.

Vento NO.

De Villa Real de Santo Antonio, do dia 15

Entradas—Brigues inglezos *Eliz Adeth Anne*, e *Brazilian*, ambos de Gibraltar, o primeiro em 2 dias e o segundo em 5.

Não saiu nem se avista embarcação alguma.

Mar bom.—Vento variavel.

Do dia 16

Entrou o brigue inglez *Florence*, de Malaga em 4 dias, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

O mar está um tanto agitado.—Vento variavel.

De Távira, do dia 15

Não entrou nem saiu embarcação alguma.

O mar bom.

Do dia 16

Entrou o cahique portuguez *Nova Viagem*, de Gibraltar em 3 dias, em lastro.

Não saiu embarcação alguma.

O vento esteve SE., agora SO. bonançoso.

De Faro, do dia 15

Entradas—Cahique *Conceição Perola*, de Setubal, com sal e arroz.—Hiate *Estrella do Sado*, de Setubal, com trigo.

Vento SO. bonançoso.

Direcção geral dos telegraphos do reino, em 18 de abril de 1860.—O director geral, J. B. da Silva.

## FUNDOS ESTRANGEIROS

(Boletim telegraphico)

Bolsa de Madrid, em 18 de abril—3 por cento consolidado a 46,15—3 dito differido a 36,10.

Bolsa de Paris, em 18 de abril—3 por cento francez a 69,90—4 1/2 dito a 96,10.

Bolsa de Londres, em 18 de abril—Consolidados de 94 3/4 a 94 7/8.

## AVISOS

### ALFANDEGA GRANDE DE LISBOA

Continua na quarta-feira 25 do corrente, pelas onze horas da manhã, o leilão de fazendas de linho e algodão, vidros, lenços de cambraia, cebo, gomma copal, tapioca, coiros, côrtes de vestidos, enfeites de cabeça de senhora, espermaceite, gelatinas, luvas de pellica, loigas, bandejas, papel, farinha de pau, café, livros, potassa.

Alfandega grande de Lisboa, 18 de abril de 1860.

### ASSOCIAÇÃO DE SOCCORRO E MONTE PIO GERAL DA MARINHA

O ex.º presidente da mesa da assembléa geral convida a todos os socios para se reunirem em sessão no proximo domingo 22 do corrente, pelas onze horas da manhã, no local do costume.

Sala das sessões, em 16 de abril de 1860.—Francisco Rangel de Lima, secretario.

### CENTRO PROMOTOR DOS MELHORAMENTOS DAS CLASSES LABORIOSAS

É convocada a assembléa geral para quinta-feira 19 do corrente, pelas oito horas da tarde. Ordem do dia: segundas leituras—proposta do sr. Costa Pereira sobre pautas—parecer da commissão sobre cereas.—O secretario, J. A. Dias.

### ASSOCIAÇÃO PROTECTORA DOS MANEÇOS SUJEITOS AO RECRUTAMENTO

Não tendo reunido no dia 11 sufficiente numero de pessoas para constituir esta associação, novamente avisamos, e com a maior instancia pedimos a todos os individuos que subscreveram, e os que pretendem fazer parte da referida associação, para que compareçam na quinta-feira 19 do corrente, pelas sete horas e meia da tarde, na sala do Centro Promotor, rua do Ferregial de Cima n.º 12.

Sala do Centro Promotor, 14 de abril de 1860.—F. M. Alvares Botelho—A. Ribeiro Gonçalves—J. M. Velloso.

### MONTE PIO GERAL

O ex.º sr. conselheiro presidente da assembléa geral convida a mesma a reunir-se na quinta-feira 19 do corrente, pelas sete horas da tarde, a fim de se continuar a discutir o projecto da reforma dos estatutos.

Sala das sessões, 13 de abril de 1860.—O 2.º secretario da mesa, Antonio Joaquim de Almeida.

### DEPOIS DE TERMINADOS OS TRABALHOS

Um producto bruto por kilometro de 24.000 francos é sufficiente para assegurar aos accionistas um rendimento de 50 francos por acção de 500.

Este rendimento augmentar-se-á consideravelmente, porque a receita das linhas portuguezas attingirá sem duvida em quatro annos a cifra já realisada no caminho de ferro de Madrid a Alicante, cujo producto bruto excede actualmente a 30.000 francos por kilometro.

Ha mesmo motivo para suppor que, em consequencia da importancia e situação especial do porto de Lisboa com relação aos paizes transatlanticos, o movimento deve chegar a maior escala do que aquella que acaba de mencionarse.

Esta opinião justifica-se tambem da maneira seguinte:

O caminho de Lisboa á fronteira de Hespanha faz parte da grande linha que atravessa toda a Península Iberica, ligando Lisboa com Badajoz e a linha de Madrid a Alicante e por consequencia Madrid, Saragoça, Pamplona, Barcelona, e a rede franceza. Todos estes caminhos já estão concedidos e devem ficar inteiramente concluidos quando a linha portugueza for entregue á exploração.

A linha do Porto ligá a bahia do Tejo com as provincias situadas sobre o Douro e todo o norte de Portugal.

Esta linha atravessa Coimbra e as provincias mais ricas de Portugal. A população d'estas provincias, segundo as estatísticas officiaes, é quasi tão densa como a das tres departamentos mais povoados da França, isto é, os departamentos du Nord, de l'Aisne e du Pas-de-Calais.

O governo portuguez, ao passo que apresentou ás cortes o projecto para a construcção dos caminhos de ferro, propoz tambem a feitura de 700 kilometros de estradas ordinarias, o que deve dar em resultado grande desenvolvimento ao trafico das vias ferreas, e esta circumstancia junta á ligação com os caminhos de ferro hespanhoes deve por certo produzir grande augmento de receita.

### PUBLICAÇÕES LITTERARIAS

NOVO COMPENDIO DA HISTORIA DE PORTUGAL

COORDENADO POR ANTONIO FRANCISCO MOREIRA DE SÁ

Approvado pelo conselho superior de instrução publica

4.ª EDIÇÃO

Este compendio é seguido de uma curiosa RECAPITULAÇÃO, necessaria a todos os meninos que têm de fazer exame primario.

Vende-se em Lisboa, Porto, Braga, Vianna, Elvas, Evora e Setubal, nas lojas do costume.

Preço 100 réis.

## ANNUNCIOS

COMPANHIA REAL DOS CAMINHOS DE FERRO PORTUGUEZES

CAPITAL SOCIAL, FRANCOIS 35.000.000

DIVIDIDO EM 70.000 ACCÇÕES DE 500 FRANCOIS CADA UMA

Subscrição publica aberta pela sociedade geral de credito industrial e commercial (presidente o Marquez de Audiffret) em virtude de uma autorisação de s. ex.º o ministro da fazenda, segundo o artigo 5.º dos estatutos.

E pela casa de Ch. Devaux & C.º, de Londres.

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(SUJEITO Á SANÇÃO DA PRIMEIRA ASSEMBLEIA GERAL)

O Marechal duque de Saldanha, ex-presidente do conselho de ministros em Portugal; o visconde de Paiva, ministro de Portugal em França; Fortunato Chamigó Junior, banqueiro em Lisboa; J. G. Roldan, banqueiro em Lisboa; José de Salamanca, ex